

RESUMOS

Sumário	pág
O Caminho Velho das Minas: a descrição de Antonil, os mapas coevos e a cartografia moderna <i>André Rezende Guimarães</i>	5
Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército <i>Francisco José Corrêa Martins</i>	6
A produção cartográfica na Capitania de Cuiabá e Mato Grosso durante o governo de D. António Rolim de Moura <i>Mário Clemente Ferreira</i>	7
Portugal territorial e urbano na influência do Fisiocratismo - unidades de circulação e unidades de permanência em plano/projecto de articulação nacional entre os séculos XVIII-XIX <i>Rui Tavares</i>	8
Os registos dos patrimônios geológicos do Quadrilátero Ferrífero na Cartografia Histórica <i>Úrsula Ruchkys de Azevedo e Maria Márcia Magela Machado</i>	9
A espacialização da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica <i>Adriano Bittencourt Andrade</i>	10
O Vale do Mucuri, da colônia à república: principais eixos de ligação <i>Alan Nunes Araújo e Leônidas Conceição Barroso</i>	11
As minas de ouro da América portuguesa e a cartografia dos desertões nos séculos XVII e XVIII <i>Antônio Gilberto Costa</i>	12
Abstração Espacial e a Cartografia da Idade Moderna <i>Álvaro Mendes Ferreira</i>	13
O Estado do Brasil no texto de Frei Vicente do Salvador e na cartografia de João Teixeira Albernaz <i>Amanda Estela Guerra e Márcia Maria Duarte Santos</i>	14
Os Mapas do Imperador: a catalogação e identificação da Cartografia da Coleção Teresa Cristina Maria <i>Ana Cristina Campos Rodrigues</i>	15
Registro cartográfico da divisão dialetal de Antenor Nascentes <i>Ana Regina Torres Ferreira Teles</i>	16
Ordens religiosas e cartografia da região amazônica no século XVIII <i>André Ferrand de Almeida</i>	17
A produção de vistas de cidades a serviço da construção imagética imperial no período filipino <i>Andréa Doré</i>	18
Patterns of circulation of cartography between Portugal and Italian Cities and the creation of the Atlantic space (1400-1550) <i>Angelo Cattaneo</i>	19
Os chamados caminhos fluviais para a conquista do território das Minas e do Brasil e suas representações na cartografia da América portuguesa <i>Antônio Gilberto Costa</i>	20

A cartografia da demarcação dos limites e da consolidação do território da América portuguesa <i>Antônio Gilberto Costa</i>	21
Rochas de monumentos históricos de Minas Gerais: áreas de ocorrências e técnicas de extração na América portuguesa, através da cartografia e de outras iconografias do século XIX <i>Antônio Gilberto Costa</i>	22
Discutindo a Fronteira Oeste a partir da “Idéia Geral” de Luís de Albuquerque <i>Benone da Silva Lopes Moraes</i>	23
O Desenho Urbano na Época da União Ibérica - a construção de novas cidades nas Américas <i>Carla Cristina da Cruz Patrício</i>	24
José Antônio Caldas - Da Bahia às Ilhas do Golfo da Guiné e à Contracosta Africana - Câmaras Escuras no Brasil <i>Carlos Francisco Moura</i>	25
Despotismo Ilustrado e Representação Cartográfica: as políticas do Marquês de Pombal para o Distrito Diamantino, 1771-1777 <i>Carmem Marques Rodrigues</i>	26
A cartografia colonial de rio Pardo e seus sistemas de defesa <i>Cláudio Renato de Camargo Mello</i>	27
Cartografia Urbana e História: problematizando suas relações <i>Daniela Marzola Fialho</i>	28
Mapas da região sul da província fluminense <i>Fania Fridman e Valter L. Macedo</i>	29
Aportes para a exploração didático-pedagógica de documentos cartográficos e iconográficos históricos <i>Fernanda Borges de Moraes</i>	30
Desvendando o mundo urbano e rural na América Portuguesa: contribuições da cartografia histórica <i>Fernanda Borges de Moraes e Josarlete Magalhães Soares</i>	31
Traços do desenvolvimento cognitivo dos cartógrafos nos mapas do Brasil dos séculos XVI e XVII <i>Fernando Luiz de Paula Santil e Vagner de Souza Serikawa</i>	32
A cartografia na formação da identidade nacional - a coleção Rio Branco da Biblioteca Nacional <i>Flávia M. Cezar da Cunha e Jorge Ricardo Cardoso de Carvalho Raposo da Câmara</i>	33
Os primeiros levantamentos científicos do território brasileiro <i>Friedrich E. Renger e Maria Márcia Magela Machado</i>	34
A cartografia do Distrito Federal <i>Graciete Guerra da Costa e Valério Augusto Soares de Medeiros</i>	35
Rede de cidades amazônicas: Belém, Santarém, Manaus e Rio Branco <i>Graciete Guerra da Costa e Márcilio de Oliveira Sudério</i>	36
Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho <i>Helder Trigo Gonçalves Marques e Mário Gonçalves Fernandes</i>	37
A pesquisa mineral no século XVII: o mapa da baía de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira (1653) <i>Jefferson de Lima Picanço</i>	38
«Oporto Wine In Maps (1843-1860)»: A Cartografia inglesa do Douro <i>João Carlos dos Santos Garcia e Didiana Branco</i>	39

Revisitando a Cartografia Náutica Portuguesa Antiga do Atlântico: uma análise quantitativa <i>Joaquim Filipe Figueiredo Alves Gaspar</i>	40
A Cartografia digital como ferramenta para a Cartografia histórica <i>Jorge Pimentel Cintra</i>	41
A simbologia de núcleos urbanos no mapa de Céspedes de Xeria <i>Jorge Pimentel Cintra</i>	42
A primeira planta da cidade de São Paulo <i>Jorge Pimentel Cintra</i>	43
Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804 <i>Jorge Pimentel Cintra e Márcia Maria Duarte dos Santos</i>	44
O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas <i>Jorge Pimentel Cintra</i>	45
Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século XVIII e primeira metade do XIX <i>Josarlete Magalhães Soares</i>	46
Os oráculos da geografia iluminista: dom Luís da Cunha e D’Anville na construção da cartografia sobre o Brasil <i>Júnia Ferreira Furtado</i>	47
Contribuições da Cartografia Histórica na Preservação Cultural – O caso do Mercado de Diamantina <i>Leandro Augusto Ferreira Campos</i>	48
A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal <i>Lenora de Castro Barbo e Andrey Rosenthal Schlee</i>	49
A Planta da cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura? <i>Lucia Noemia Simoni</i>	50
<i>Hic sunt dracones</i> : “aqui há dragões” – cartografia antiga e os medos do Ocidente <i>Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho</i>	51
Portulanos, presente de reis <i>Magali Gomes Nogueira</i>	52
O Património Urbano dos Países de Língua Portuguesa. Raízes e Manifestações de um Património Comum <i>Manuel C. Teixeira</i>	53
O Atlas de João Teixeira e as Fortificações de Defesa da Baía de Guanabara no Século XVII <i>Marcello José Gomes Loureiro</i>	54
A capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: informações fidedignas? <i>Márcia Maria Duarte dos Santos, Jorge Pimentel Cintra e Antônio Gilberto Costa</i>	55
Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais <i>Márcia Maria Duarte dos Santos e Maria Cândida Trindade Costa de Seabra</i>	56
Como os mapas revelam um capítulo da história urbana: os primeiros núcleos coloniais do Nordeste Brasileiro na cartografia quinhentista e seiscentista <i>Maria Angélica da Silva e Roseline Oliveira</i>	57

O mapa da “Viagem Filosófica”: um estudo iconográfico de sua cartela Maria de Fátima Gomes Costa.....	58
O mapeamento cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial Maria do Carmo Andrade Gomes.....	59
Projeto Resgate Barão do Rio Branco: Inventário da Cartografia Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino Maria Dulce de Faria e Esther Bertolotti.....	60
O atlas factício de Barbosa Machado Maria Dulce de Faria.....	61
Cartografia na Europa do Século XIX: Técnicas e Instrumentos dos Processos Fotomecânicos Maria Estela Vera Jardim, I.M. Peres e F. M. Costa.....	62
Os trabalhos cartográficos do Barão de Eschwege Maria Márcia Magela Machado e Friedrich E. Renger.....	63
As plantas ‘De Guimarães’ e ‘De Vila do Conde’, da Biblioteca Nacional do Brasil Mário Gonçalves Fernandes.....	64
Emília Snethlage e o silêncio dos mapas: a travessia Xingú-Tapajós (1909) Miriam Elvira Junghans.....	65
A comissão de limites Brasil-Bolívia (1901): Luiz Cruls e o rio Javary Moema de Rezende Vergara.....	66
Coleção Digital: história da cidade de Itabirito e acesso à informação na web Myriam Bahia Lopes, Valesca Brandão Cerqueira Coimbra, Luiz Alberto Sales Vieira e Kleverson Teodoro Lima.....	67
O Império nas <i>Lettres edificantes et curieuses</i> Newton da Rocha Xavier.....	68
A mineração e o processo de estruturação do espaço urbano nas Américas Espanhola e Portuguesa: um estudo comparativo entre as cidades de Huancavelica (Peru) e Potosí (Bolívia) e Ouro Preto, Mariana e Diamantina (Brasil) Rafael Sumozas García-Pardo e Fernanda Borges de Moraes.....	69
O primeiro mapa geológico de Minas Gerais: Octavio Barbosa e Djalma Guimarães, 1934 Roberto Luciano Leste Murta.....	70
Mapas que revelam um olhar: a expansão urbana de Natal sob a ótica de fatores estratégicos Valério Augusto Soares de Medeiros, Edja Bezerra Faria Trigueiro e Ana Paula Borba Gonçalves Barros.....	71
<i>Fluvius Grandis Urbis Cartographica</i> : buscando preencher ausências Valério Augusto Soares de Medeiros e Edja Bezerra Faria Trigueiro.....	72
Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal Wilson Vieira Jr.....	73
Atlas Praguense de João Teixeira Albernaz I – COMPARAÇÕES COMENTADAS DE ALGUNS DE SEUS MAPAS Paulo Márcio Leal de Menezes.....	74

O Caminho Velho das Minas: a descrição de Antonil, os mapas coevos e a cartografia moderna

André Rezende Guimarães

andreguimara@gmail.com - Arqueólogo e Mestre em História

O uso de fontes cartográficas em estudos de História tem ganhado popularidade entre as pesquisas sobre o Brasil. Essa tendência ganhou maior força durante os últimos dez anos, embora, de forma geral, não seja algo recente na historiografia. No entanto, a falta de conceitos definidos, ferramentas analíticas e metodologia específica dentro da historiografia para tratar das idiossincrasias da produção cartográfica de sociedades passadas ou, mesmo, presentes faz com que tal tipo de fonte não seja aproveitado em seu verdadeiro potencial. Diferenciar mapas e cartas de ilustrações e iconografia – outro tipo de fonte cada vez mais popular no campo da História – e reconhecer seu papel como ferramenta que ajuda a entender o espaço, permitindo seus usuários a viajar por ele, explorá-lo, registrá-lo e planejá-lo, é fundamental no uso de tais fontes. Para tanto, é preciso se familiarizar com o uso dessas ferramentas, reconhecendo suas relações intrínsecas com medidas, direções e tempo, que são elementos físicos. Com isso, é preciso, também, desenvolver o hábito de observar o espaço real sobre o qual os mapas e cartas discorrem e de fazer referências a cartas produzidas com técnicas modernas, que têm fidelidade bem maior do que aquelas de períodos históricos anteriores. Para exemplificar a importância desses temas, essa comunicação buscará analisar a descrição do chamado Caminho Velho das Minas, feita pelo religioso Antonil na virada dos séculos XVII e XVIII, e as suas relações com o espaço físico real – com o auxílio de cartas modernas – e com o modo como o espaço era percebido em cartas e mapas coevos. Várias interpretações foram feitas sobre essa descrição, a mais conhecida delas, hoje em dia, sendo a de André Mansuy Diniz Silva (2001), associando-a ao seu contexto histórico, mas nunca ao espaço físico ao qual se refere. É possível que um estudo que correlacione as descrições, mapas e cartas coevos com o espaço físico que buscam retratar poderá trazer novas interpretações, questionar e ampliar as já existentes ou, mesmo, mudar a percepção que se tem das Minas daquela época.

Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da mapoteca do Arquivo Histórico do Exército

Francisco José Corrêa Martins

ahex_divhist@dep.ensino.eb.br - Doutorando em História Social - PPGHS - DH - USP e Chefe da Divisão de História e Acesso à Informação - Arquivo Histórico do Exército (AHEx - EB - MD)

Com mais de 3.700 mapas, a mapoteca do Arquivo Histórico do Exército reúne uma produção cartográfica que vai do século XVI ao XX, com enfoque especial para o território brasileiro, sendo isso um reflexo de suas origens e objetivos primordiais, pois fora criado para ser um lugar “onde se reunão [sic], e conservem todos os Mappas, e cartas, tanto das Costas, como do interior do Brazil”, como se lê em seu decreto de criação, lavrado em 07 de abril de 1808, e assinado por D. João, Príncipe Regente de Portugal. Em seus primórdios, o “Real Archivo Militar” recebeu grande parte da documentação cartográfica trazida pela Família Real portuguesa quando de sua transmigração para o Brasil e que, mesmo após o retorno do monarca português para Lisboa em 1821, com a restauração administrativa naquela capital, uma importante parcela das cartas trazidas aqui permaneceu, acervo este que a tornou uma das principais mapotecas existentes, em âmbito mundial, no que tange ao Brasil Colonial. Assim, neste trabalho objetivamos apresentar alguns documentos cartográficos de síntese, pertencentes ao acervo do AHEx, relativos às terras do Brasil, compilados a partir de trabalhos de maior escala, tanto por cartógrafos a serviço de Portugal como de outras nações, e que visaram reunir um conjunto de informações, fosse em relação ao interior da colônia portuguesa como em relação às suas costas. Informações estas que forneciam ao soberano e à administração real condições, por exemplo, para melhor aquilatar a extensão dos domínios territoriais coloniais, permitindo um melhor conhecimento do espaço geográfico ocupado.

A produção cartográfica na Capitania de Cuiabá e Mato Grosso durante o governo de D. António Rolim de Moura

Mário Clemente Ferreira

marioferreira@clix.pt - Centro de História de Além-Mar - Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores

A criação da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, em 1748, marca uma nova época na forma como se desenvolverá a administração colonial daquelas terras. Mas isso aconteceu sobretudo após 1751, data da chegada ao território do seu primeiro Governador e Capitão-General, D. António Rolim de Moura. O seu governo ficará marcado, entre muitos outros aspectos, pelo estabelecimento da capital Vila Bela da Santíssima Trindade junto às margens do rio Guaporé, pela actuação das terceiras partidas de demarcação da região sul dos limites coloniais estabelecidos pelo Tratado de Madrid em 1750 e por inúmeras iniciativas visando garantir a presença portuguesa junto no rio Guaporé. Foi ainda uma forte e permanente preocupação deste Governador a produção cartográfica representando diversas partes da Capitania. Pretende-se, com esta comunicação, avaliar essa mesma produção, conhecer a conjuntura e os processos da sua elaboração, as grandes dificuldades enfrentadas e as soluções que foram sendo encontradas.

Portugal territorial e urbano na influência do Fisiocratismo - unidades de circulação e unidades de permanência em plano/projecto de articulação nacional entre os séculos XVIII-XIX

Rui Tavares

rtavares@arq.up.pt – rjbtavares@gmail.com - Prof. Aux. Conv. da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e Historiador

Esta comunicação apresenta uma investigação integrada em estudos doutorais, relacionados com planos/projectos de desenvolvimento territorial e urbano em Portugal, na viragem dos séculos XVIII-XIX, mais concretamente, no período correspondente a toda influência das ideias Fisiocratas francesas que domina a unidade política de governação pós-pombalina. Esse Ideário revelar-se-à extremamente importante já que orienta todas as bases políticas e culturais nas quais assenta o desígnio português de desenvolvimento económico e respectivas marcações territoriais, susceptíveis de dar corpo e expressão física aos níveis local, regional e nacional, abrindo o país ao exterior em articulação com “corredores” de penetração no interior do território, através de estradas e canais aquáticos navegáveis, cujos projectos se cruzam com as transformações projectadas para os principais porto. Esta comunicação pretende revelar uma base de investigação/interpretação cartográfica histórica, de fontes portuguesas e brasileiras, da realidade urbana integrada no território e da sua articulação em bases produzidas nos séculos XVIII e XIX, concretamente no período Mariano.

Os registros dos patrimônios geológicos do Quadrilátero Ferrífero na Cartografia Histórica

Úrsula Ruchkys de Azevedo

tularuchkys@yahoo.com.br - Professora Adjunta, Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências da UFMG

Maria Márcia Magela Machado

mmarciamm@ufmg.com - Professor Adjunta, Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências da UFMG

O patrimônio geológico, representado pelos sítios geológicos, pode ser definido como recurso documental de caráter científico, de conteúdo importante para o conhecimento e estudo da evolução dos processos geológicos e que constitui o registro da totalidade da evolução do planeta. Muitos programas têm sido desenvolvidos nos últimos anos para valorizar e conservar este patrimônio destacando-se o Programa Geoparks da UNESCO. Para UNESCO um geopark é um território, com limites bem definidos, que tenha uma área suficientemente grande para que sirva ao desenvolvimento econômico local com determinado número de sítios geológicos de importância científica especial, beleza ou raridade e que seja representativa da história geológica, dos eventos ou processos de uma área. O Quadrilátero Ferrífero, ocupando uma área aproximada de 7.000Km² na porção centro-sudeste do Estado de Minas Gerais, é internacionalmente reconhecido como um importante terreno pré-cambriano com significativos sítios geológicos sendo alguns em função da sua riqueza mineral, em especial, o ouro e o ferro. Este patrimônio apresenta valores científico, pedagógico e turístico e já vêm sendo registrado na cartografia desde a ocupação desta região. A produção destes mapas está ligada à questão de ampliação do conhecimento geográfico, incentivada e patrocinada pelas autoridades da metrópole e coloniais, por causa das riquezas minerais existentes no Quadrilátero. Neles estão registrados dentre outros, picos e serras mais elevadas que se destacavam na paisagem – como a Serra da Piedade e a Serra do Caraça, o Picos do Itabirito e do Itacolomi – e serviam como referências geográficas para o deslocamento daqueles que se aventuraram pelas Minas Gerais e hoje são considerados sítios geológicos. Estes registros cartográficos históricos ratificam a proposta de criação de um geopark da UNESCO no Quadrilátero Ferrífero, que sem dúvida será um instrumento de divulgação e conservação de um exemplo significativo do patrimônio geológico pré-cambriano da Terra e do patrimônio associado à história da mineração do Brasil.

A espacialização da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica

Adriano Bittencourt Andrade

abittandrade@terra.com.br - Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Bahia

Este artigo se lastreia na pesquisa histórica, notadamente na cartografia, para fundamentar argumentações acerca da constituição e dinâmica da rede urbana do Recôncavo baiano no século XVIII. Defende a hipótese que nos Setecentos o fato urbano ficou mais evidente com a constituição das vilas e a própria região se densificou demograficamente, além de ampliar e diversificar o uso do seu espaço, estabelecendo-se, paulatinamente, uma incipiente rede urbana que articulava vilas, povoações e a cidade-capital internamente e com o restante do mundo português. Os fluxos circulavam por vias fluvio-marítimas e caminhos/estradas terrestre e tinham nos engenhos, sedes de freguesias e pontos nós da malha que era comandada pelas nascentes formações urbanas. Pretende-se neste escrito identificar a dinâmica e concretude da rede urbana no espaço do Recôncavo baiano através da visualização cartográfica dos elementos e ações dos agentes que a constituíam. Parte-se para isso do entendimento de que a ação social se materializa em formas concretas e estas, por sua essência, são passíveis de reprodução em escala. Utilizou-se como metodologia, após o estabelecimento do recorte têmporo-espacial para a imprecisa região do Recôncavo baiano, a identificação da base cartográfica histórica em arquivos nacionais (Salvador e Rio de Janeiro) e portugueses (Exército, Marinha, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, além de outros particulares) e o trato, com base em dados mais recentes, dos “desencontros” de informações entre os mapas históricos pesquisados. À luz dessa base histórica, iluminou-se em seis mapas de síntese, elementos de análise que, inicialmente isolados e depois em conjunto, permitissem visualizar e lançar novos olhares sobre a constituição da rede naquele tempo e espaço.

O Vale do Mucuri, da colônia à república: principais eixos de ligação

Alan Nunes Araújo

alannunesaraujo@yahoo.com.br - Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas

Leônidas Conceição Barroso

lbarroso@pucminas.br - Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Es-
pacial da PUC Minas

Neste trabalho procura-se salientar o papel dos eixos de comunicação viária no desbravamento e posterior desenvolvimento urbano e regional do Vale do Mucuri, região de ocupação tardia da Província de Minas Gerais. Com o declínio das atividades mineradoras, a Comarca de Serro Frio volta-se à agricultura e à criação de gado, gerando a necessidade de barateamento de fretes além da redução de tempo de viagem para o escoamento da crescente produção. O vale do Rio Mucuri torna-se atrativo por possibilitar uma ligação por terra mais curta com o litoral: a porção sul da província da Bahia e a porção noroeste da província do Espírito Santo. Partindo-se da hipótese de que os eixos viários são fatores que tem influenciado a distribuição espacial ao longo da história de ocupação, serão analisados mapas e cartas dos séculos XIX e século XX com a finalidade de acompanhar o surgimento e a evolução dos eixos que existiram no Vale do Mucuri, utilizando novas propostas metodológicas. Este estudo tem como suporte as tecnologias de Sistemas de Informações Geográficas que fornecem recursos para digitalização, georreferenciamento e vetorização destes documentos, possibilitando ligação efetiva entre o passado e o presente.

As minas de ouro da América portuguesa e a cartografia dos sertões nos séculos XVII e XVIII

Antônio Gilberto Costa

ag.costa@uol.com.br - Coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG e Professor do Departamento de Geologia do IGC/UFMG

O projeto de conquista e de ocupação da região central do território da América portuguesa teve início em fins do século XVI. Entre esse tempo e o final do século XVII poucos são os documentos cartográficos que registram todo esse esforço. O ano de 1591 pode ser considerado como o do início dessa conquista. Nesse tempo, o rei de Castela Filipe II enviou à sua colônia na América Meridional, D. Francisco de Sousa e na qualidade de Governador Geral. Após cinco anos de permanência na Bahia, este foi nomeado Governador-Geral das Capitanias do Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente) e Administrador Geral das Minas descobertas e das que viessem a ser nestas capitanias. Deslocado para a parte sul do território tinha por missão intensificar a busca e encontrar as minas de ouro e de pedras, localizadas em uma região já identificada pelos desbravadores a partir da Bahia e do Espírito Santo. Uma interrupção desse processo deu-se no início dos Seiscentos e perdurou por quase quarenta anos, por conta do *Mandado do Capitão-mór Alvaro Luiz do Valle*, datado de 1624, proibindo "...sahir gente para o sertão obrigando a gente de armas a se aprestar para a defeza da Capitania...". Com isso os paulistas abandonaram temporariamente o bandeirismo e foram obrigados a permanecer em estado de alerta na defesa de diferentes partes do seu território. Na costa tinham a missão de rechaçar os invasores holandeses e na porção sul de expulsar jesuítas e espanhóis, conquistando-lhes muitas vezes o território. Com a Restauração "não foi menor que a dos Filipes de Castela, a sofreguidão dos Braganças pelas riquezas do Brasil" e logo foi retomada a campanha pela procura do ouro e das pedras, recolocando em marcha a conquista dos sertões. Passados cerca de cinquenta anos sem a realização de importantes bandeiras para a região das minas e qualquer menção à famosa Sabarabuçu, a descoberta de ouro na região de Paranaguá, reascendeu as esperanças nos paulistas, que de novo colocaram-se em marcha à procura das minas. O documento cartográfico [*Planta da Baía de Paranaguá*], produzido por volta de 1653, ao mesmo tempo em que constitui raro exemplar seiscentista de uma cartografia de detalhe para uma determinada região do território português, contrastando assim com a cartografia do período, caracterizada pelos Atlas da Família Albernaz, pode ser considerado único na localização de minas de ouro, nas proximidades da Cidade de Paranaguá. Com o tempo, a descoberta de outras minas localizadas nos sertões a leste e a oeste de Tordesilhas reascenderam, de vez, as esperanças com relação aos sertões do interior, então representados no imaginário dos bandeirantes pela resplandecente Serra de Sabarabuçu.

Abstração Espacial e a Cartografia da Idade Moderna

Álvaro Mendes Ferreira

alvarofigueiro@yahoo.com.br - Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense

Durante a passagem da Idade Média para a Moderna assiste-se a uma progressiva preocupação com a abstração: o tempo, a massa, o peso e mesmo qualidades que hoje julgamos incomensuráveis como a graça ou virtude foram submetidas à quantificação. O espaço, naturalmente, não ficou fora de tal esforço. Com a redescoberta dos trabalhos de Ptolomeu no século XIV, os cartógrafos e os cosmógrafos europeus passaram a dispor de ferramentas para conceber e representar o espaço não mais em termos corográficos (ou seja, meramente paisagísticos), mas sim a partir duma perspectiva matemática em que a projeção de coordenadas astronômicas sobre o globo (superfície terrestre) determina a posição deste ou daquele objeto na representação plana (mapa). Pouco a pouco, o espaço desvincula-se da sua experiência vivida e é abstraído. Esse processo pode ser acompanhado, entre outras manifestações, pela difusão da palavra *spatium* e seus cognatos nas línguas românicas bem como pela gradual substituição de unidades de medida espaciais concretas – baseadas em partes do corpo, objetos ou mesmo em movimentos (estimar a distância pelo disparo dum projétil) – por outras de caráter mais preciso e uniforme. Em especial a partir do século XVI, observa-se uma tendência a minimizar o caráter simbólico que se percebia nos mapas medievais (p. ex., o ecúmeno esquematizado dos T-O) e a sua pesada ornamentação (decorrente do *horror vacui*, que, além de monstros, gerava terras-fantasmas) em favor de representações mais abstratas, favorecendo assim certo discurso da “neutralidade” e “objetividade” cartográfica. O mapa, elevado a uma dignidade que antes jamais havia conhecido, entra assim no jogo das legitimações políticas. Analisaremos outras conseqüências da abstração do espaço na cartografia da Idade Moderna e o seu papel na formação da nossa moderna sensibilidade espacial.

O Estado do Brasil no texto de Frei Vicente do Salvador e na cartografia de João Teixeira Albernás

Amanda Estela Guerra

amanda.guerra@pbh.gov.br – Geógrafa da Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP,
Prefeitura de Belo Horizonte, Minas Gerais

Márcia Maria Duarte Santos

mdsantosy@yahoo.com.br – Pesquisadora do Centro de Referência em Cartografia Histórica, Universidade
Federal de Minas Gerais

Frei Vicente do Salvador foi um dos primeiros descendentes de portugueses nascidos no Brasil. Natural da Bahia, nascido em meados do século XVI, estudou em Coimbra, onde concluiu seu doutoramento, após o que voltou ao Brasil para seguir carreira eclesiástica. Em 1630 finalizou um livro que se tornou conhecido com o título “História do Brasil”. Ao escrevê-lo, Frei Vicente tinha, entre seus intentos, o de chamar a atenção dos portugueses para sua colônia americana e os problemas que sua população enfrentava na árdua tarefa de transformar uma terra que até então era “selvagem” em uma terra cristã e parte do Império português. João Teixeira Albernás, por sua vez, nasceu em fins do século XVI, no seio de uma família de cartógrafos. Natural de Lisboa, filho de Luís Teixeira, um dos mais proeminentes cartógrafos portugueses de seu tempo, ele aprendeu o ofício de seu pai. Em 1631 elaborou um atlas denominado “Estado do Brasil coligido das mais certas notícias que pode aiuntar Dom Ierônimo de Ataíde” a mando do donatário da Capitania de Ilhéus. Esse atlas, entre outros objetivos, buscava, como na obra de Frei Vicente, chamar a atenção dos portugueses para a sua colônia americana, desta feita considerando os problemas que a união das coroas portuguesa e espanhola acarretou à América Portuguesa. Este trabalho visa a realçar as semelhanças e diferenças entre as duas obras citadas, considerando que correspondem a distintos modos de comunicação – a de Frei Vicente, um sistema semiológico lingüístico, a língua portuguesa – e a de Albernás, um sistema não lingüístico, a cartografia. A par da diferença no modo de comunicação, as obras também apresentam informações obtidas de maneiras distintas – na do primeiro, a partir de sua vivência junto a brasileiros e colonos portugueses no território colonial – na do segundo, a partir de observações de terceiros e pelo filtro dos interesses do patrocinador do atlas, sem ter conhecido a terra e a gente que representava.

Os Mapas do Imperador: a catalogação e identificação da Cartografia da Coleção Teresa Cristina Maria

Ana Cristina Campos Rodrigues

anacrisrodrigues@gmail.com - Técnico em Documentação da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro -
Setor de Cartografia

D. Pedro II é tido como um homem de ciência e com amplos interesses. Na saída da família imperial do Brasil, boa parte de sua coleção bibliográfica e documental ficou para trás, sendo depois doada a instituições com o nome de 'Coleção Teresa Cristina Maria'. A coleção é composta por livros, documentos manuscritos, fotos, gravuras e mapas, que formam um panorama dos interesses do imperador e da ciência da época. No presente trabalho, apresentamos a parte da coleção cartográfica presente na Biblioteca Nacional, sua composição e como está sendo feito o tratamento desse fundo, que vai de obras raras como uma edição do século XV da Geografia de Ptolomeu até a mapas que acompanhavam os jornais londrinos do século XIX.

Registro cartográfico da divisão dialetal de Antenor Nascentes

Ana Regina Torres Ferreira Teles

anaregi@ufba.br - Professora Adjunta da UFBA

No Brasil, algumas divisões dialetais combinaram, não necessariamente todos em conjunto ou mesmo nessa ordem, critérios geográficos, históricos e linguísticos. A divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes é a mais citada, comentada e tem servido como base para quase todos os estudos de natureza geolinguística. Durante os trabalhos do Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, houve a necessidade de substituir algumas localidades originalmente selecionadas. Além de manter os critérios de escolha previamente definidos, buscou-se contemplar as zonas sugeridas por Nascentes na segunda divisão, apresentada em 1953. Como o mapa elaborado pelo autor não contém as localidades que definem as zonas dialetais nem qualquer outra informação de cunho cartográfico que permita resgatar, reproduzir e identificar informações (indicativos de escala, direção e acidentes geográficos), decidiu-se por fazer o registro cartográfico da divisão dialetal a partir da descrição das linhas de limites propostos por ele a qual foi feita usando como referências localidades e acidentes geográficos, especialmente rios e serras, todos referidos às divisões política e regional do Brasil à época e nominados de acordo com os topônimos então adotados. Iniciada a pesquisa, encontraram-se várias dificuldades na identificação das localidades e confirmação dos topônimos e acidentes citados, resumidamente em três aspectos: a multiplicidade de localidades com mesmos topônimos, a alteração dos topônimos e dos nomes dos acidentes geográficos e, principalmente, a falta de referência para a localização dos mesmos (coordenadas), agravada pelo fato da divisão política do Brasil ter sofrido várias alterações entre 1953 e os dias atuais. Além de apontar as dificuldades, o trabalho apresenta a metodologia usada e as alternativas encontradas para a correta identificação e confirmação das localidades e acidentes naturais, dentre elas a busca em documentos cartográficos do início e meados do século XX bem como em relatos descritivos das viagens exploratórias e de ocupação do interior do Brasil dos séculos XVIII e XIX

Ordens religiosas e cartografia da região amazônica no século XVIII

André Ferrand de Almeida

andreferrand@gmail.com - Investigador do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa

Esta comunicação pretende analisar a importância da cartografia produzida pelos missionários católicos numa região de fronteira no período que antecede o Tratado de Madrid (1750). Para ambas as coroas ibéricas, a região amazônica constituiu um espaço de difícil apropriação e colonização, tendo as diferentes ordens religiosas que aqui se implantaram – franciscanos, mercedários, dominicanos e jesuítas – desempenhado um papel essencial no seu reconhecimento e ocupação. Embora muitos dos mapas elaborados pelos missionários nem sempre tenham sobrevivido até hoje, vale a pena sublinhar que a sua produção foi mais abundante do que, à partida, se poderia supor, e que muitos destes mapas foram copiados ou utilizados como fontes por outros autores, nomeadamente na cartografia impressa. Procuraremos, assim, discutir também a circulação da informação cartográfica de origem missionária a partir de alguns exemplos mais significativos.

A produção de vistas de cidades a serviço da construção imagética imperial no período filipino

Andréa Doré

andreadore@ufpr.br - Professora do Departamento de História da UFPR

Este trabalho analisa as coleções de vistas de cidades produzidas durante o período da União Ibérica (1580-1640) em diferentes partes do globo sob o domínio da coroa espanhola. Entendendo-se a cartografia como um importante elemento do imperialismo, a pulverização dos espaços dominados pelos portugueses e espanhóis exigia a produção de coleções de imagens a fim de dimensionar a potência imperial da monarquia católica. Nesta produção são incluídos levantamentos cartográficos sobre as praças na Índia, no Brasil e na América espanhola. O papel que os mapas mundi desempenhariam para a propaganda imperial britânica no século XIX é, neste caso, realizado por uma sucessão de vistas de portos e de espaços urbanos nas quais são valorizados basicamente três elementos: a uniformidade, a repetição e os vazios sociais. O primeiro elemento indica a fixação no espaço de construções religiosas e civis católicas e ocidentais com objetivo de marcar uma ortodoxia no plano das crenças e da hierarquia social; a repetição responde pela descontinuidade do império espanhol que passou a abrigar as possessões portuguesas. Os vazios sociais remetem à ausência de representação de aspectos das populações nativas, seja na Índia, no Brasil ou no Peru.

**Patterns of circulation of cartography between Portugal and Italian Cities and the creation of the Atlantic space
(1400-1550)**

Angelo Cattaneo

ang.cattaneo@gmail.com - Centro de História de Além-Mar - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

This essay examines the patterns of circulation of cosmographical and cartographic information between Portugal and the principal Italian cities, primarily Venice and Florence, from 1400 to 1550. Over this period, commercial and cultural interactions between Portugal and Italian cities led to an extensive knowledge network. An analysis of documents in several major Italian archives reveals two predominant trends. The first trend took place during the course of the fifteenth century, when both Florentine and Venetian cosmographic studies were commissioned by the Portuguese court, as well as by high-ranking Portuguese men of the Church. During this period, which includes the first one hundred years of Portuguese expansion (ca 1415-1515), various documents – maps, travel accounts, reports from the courts in Portugal and Spain, and merchants’ letters – have helped us understand and write history on this crucial phase in Portuguese as well as world history. With the beginning of the sixteenth century, a second trend is evident, related largely to the cosmographical and political impact of Portuguese navigations. Italian courts attempted to acquire world maps (*padrões reais*, or “master-charts”), regional maps of the Atlantic and of the Indian Ocean, as well as travel accounts drawn up by Portuguese cosmographers and pilots under the supervision of the *Armazém da Guiné e da Índia* (Arsenal of Lisbon) only to certain extent kept secret. It is important to remember that the history of Portuguese and Spanish navigations that led to the construction of the Atlantic space and the Italian contribution to them – once considered one of the most heroic moments of that great narrative called the rise of the West – has witnessed much chauvinism. Since the nineteenth-century works on the history of cartography by Placido Zurla in Venice, the Viscount of Santarém in Portugal, Edmé-François Jomard in France, and Gustavo Uzielli in Italy, chauvinism found a privileged stage. In my paper the pitfalls of national histories will be discussed and criticized through a careful reading of the construction of the cartography of the Atlantic space.

Os chamados caminhos fluviais para a conquista do território das Minas e do Brasil e suas representações na cartografia da América portuguesa

Antônio Gilberto Costa

ag.costa@uol.com.br - Coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG e do LABTECRochas-IGC/CPMTC/UFMG; Professor do Departamento de Geologia do IGC/UFMG

Os rios tiveram grande importância para a conquista e ocupação dos sertões de Minas e do restante do Brasil, bem como para a demarcação de limites da parte ocidental do então território da América portuguesa. Entre o início do século XVI, quando da chegada dos portugueses, e até fins do período colonial, já no XIX, foi em grande parte através dos chamados caminhos fluviais que os limites, principalmente a norte e a oeste foram expandidos. Em várias regiões, os cursos d'água foram também utilizados na demarcação de fronteiras e em alguns foram instalados marcos de fronteira. De modo geral, os rios, como o Amazonas, o São Francisco, o Paraguai, o Velhas, o Jequitinhonha, o Doce, o Pardo, o Grande, o Tietê, o Paraguaçu, o Jauru, o Paraná, o das Mortes e muitos outros aparecem com destaque na documentação cartográfica da América portuguesa e aqui são apresentados segundo os seguintes agrupamentos: (1) – os rios das regiões norte e nordeste; (2) – os rios dos sertões do Mato Grosso, Goiás e da região das minas de ouro e de São Paulo; e (4) – os rios na região sul, do Salto Grande do Paraná, do território dos Sete Povos das Missões até a Colônia do Sacramento.

A cartografia da demarcação dos limites e da consolidação do território da América portuguesa

Antônio Gilberto Costa

ag.costa@uol.com.br - Coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG e do LABTECRochas-IGC/CPMTC/UFMG; Professor do Departamento de Geologia do IGC/UFMG

Do segundo quartel do século XVIII até meados do primeiro do XIX, a cartografia da América portuguesa passou por duas fases, ambas determinadas pela falta de significado da Linha de Tordesilhas, que separava apenas no papel os territórios portugueses e espanhóis na América. Os documentos da primeira foram importantes para as assinaturas dos acordos e os da segunda cuidaram de registrar com detalhe e consolidar os limites quase definitivos entre os territórios de Portugal e Espanha. As assinaturas de diversos tratados: de Madrid, em 1750, de El Pardo, em 1761, em função da anulação do de Madrid e por último de Santo Ildefonso, de 1777, que garantia a “harmonia perpétua” entre as cortes portuguesa e espanhola, bem como as atividades de diferentes Comissões de Demarcação, marcaram de vez essa cartografia e garantiram aos luso-brasileiros ganhos territoriais significativos.

Rochas de monumentos históricos de Minas Gerais: áreas de ocorrências e técnicas de extração na América portuguesa, através da cartografia e de outras iconografias do século XIX

Antônio Gilberto Costa

ag.costa@uol.com.br - Coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG e do LABTECRochas-IGC/CPMTC; Professor do Departamento de Geologia do IGC/UFMG

O território brasileiro apresenta grande diversidade de tipos de rochas, função de sua Geologia igualmente diversa. Por conta disso, de norte a sul e de leste a oeste, vários foram os materiais pétreos utilizados na construção daqueles que atualmente compõem os conjuntos de bens imóveis e móveis de seu Patrimônio. Acrescentam-se a estas rochas, aquelas outras, trazidas ou importadas de Portugal e da Itália. Com a conquista dos desertões, que viriam a se transformar no território das minas, e sob a influência de portugueses e mamelucos, edificações, objetos de arte e de uso no cotidiano, foram sendo produzidos com a utilização de rochas, evidenciando até o início do século XX avanços tecnológicos e outras influências, tal como a de origem francesa e suas *rocailles*. Dos registros envolvendo materiais e técnicas, são aqui apresentados documentos cartográficos com a localização de antigas lavras e outras iconografias que tratam de representar os modos de extração e de aplicação destes materiais, com ênfase para os séculos XVIII e XIX.

Discutindo a Fronteira Oeste a partir da “Idéia Geral” de Luís de Albuquerque

Benone da Silva Lopes Moraes

benonelopes@gmail.com – Mestrando da Universidade Federal do Mato Grosso

No ano de 1777 Portugal e Espanha assinaram em San Ildefonso o Tratado Preliminar de Paz e Limites. Este novo documento vinha substituir o que havia sido acordado no Tratado de Madrid de 1750, e que anos depois foi anulado. Porém, comparando-se os dois tratados não se vê alterações substanciais no texto, principalmente ao tratar da linha de fronteira na região da Capitania de Mato Grosso. Assim, após receber a notícia da assinatura do Tratado Preliminar, em 1777, o governador da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, inicia os trabalhos de reconhecimento dos terrenos a serem demarcados de forma a recolher informações e prepará-las para a demarcação. Este governador conhecia o Tratado de Madrid, e também tinha ciência de que desde Rolim de Moura, o primeiro governador desta capitania (1751 - 1764), a política lusa, tendo em conta o princípio do *uti possidetis*, foi de ocupação e de colonização, como forma de defesa e manutenção da fronteira. Assim, passou a fundar vilas e fortes nas áreas portuguesas segundo a definição do Tratado de Madrid, assim como alguma invasão em áreas de soberania espanhola. Vale dizer que durante o governo de Pereira e Cáceres foram edificadas quatro povoações e dois fortes. Além disto, os governadores de Mato Grosso empenharam-se em fazer um grande levantamento cartográfico da região fronteira. Com base nestes levantamentos, aquele governador em 1780, compôs com textos e mapas o documento que deu o nome de “Idéia Geral”. Seu objetivo era o de dar instrumentos ao governo metropolitano no sentido de reformular a linha de fronteira. Nesta comunicação, tendo como suporte a “Carta Geográfica da Capitania Geral do Mato Grosso”, que faz parte da “Idéia Geral”, pretende-se discutir o contexto que envolveu as decisões do governador Pereira e Cáceres e os interesses da coroa portuguesa, de forma a demonstrar as estratégias lusitanas para expansão da fronteira.

O Desenho Urbano na Época da União Ibérica - a construção de novas cidades nas Américas

Carla Cristina da Cruz Patrício

carlaccpatricio@gmail.com - Bolsista de investigação científica da Fundação para a Ciência e Tecnologia,
CEURBAN - Centro de Estudos Urbanos

Portugal e Castela tiveram sem dúvida um papel decisivo na configuração do território americano. As suas implantações e a rede urbana proposta para a América durante o período de convergência ibérica serão tão fundamentais para a leitura do espaço edificado quanto as ricas e variadas implantações pré-colombianas existentes nos distintos espaços americanos: incas, maias, astecas, tupis, guaranis, araucanos, patagones, arabacos, quechuas, chibchas, cujas infraestruturas social, económica, urbana e viária serviu de apoio à colonização. Os processos de descobrimento, conquista e colonização desenvolveram diversas situações e propostas em relação à forma de planificar e executar as cidades. O diálogo constante entre o lugar e a natureza, herdeiro da cultura ibérica, principalmente renascentista, e suas conseqüentes influências das fontes clássicas da tradição: gregas, romanas, muçulmanas e renascentistas, caracterizaram todo o processo urbanístico, dando lugar a variados modelos nos quais a geometria dos traçados se torna preponderante. A partir da união das coroas portuguesa e castelhana inicia-se um período de sistematização e unificação do território americano sobretudo após a promulgação das Ordenanças de Filipe II, em 1573, onde são compiladas as normativas que devem regular a implantação de novas cidades. Regras que ao serem executadas levariam à edificação de espaços urbanos iguais, desde a escolha do local de assentamento até às medidas geométricas de cada quarteirão e loteamento. No entanto, ambas as coroas fundaram cidades regulares, mas muito diferentes em termos de traçado. Os espaços urbanos de origem castelhana são dominados pela quadrícula que se impõe ao espaço envolvente, os de origem portuguesa adaptam-se ao espaço deformando a quadrícula. Se esta “deformação” já é visível na cartografia através da fotografia aérea torna-se evidente. O que nos propomos apresentar através de uma compilação de imagens de cartografia urbana histórica sobreposta sobre fotografia aérea em terreno a 3 dimensões, é exactamente quais as diferenças entre os traçados portugueses e castelhanos construídos durante a União Ibérica. A sua estrutura regular e em quadrícula é plenamente imposta no terreno no caso castelhano; através da mão dos portugueses esta base comum é esticada e a adulterada de forma a integrar e respeitar a geografia do terreno, os seus acidentes e as necessidades sociais, económicas da população e que originaram a fundação e existência de determinada implantação.

José Antônio Caldas – Da Bahia às Ilhas do Golfo da Guiné e à Contracosta Africana – Câmaras Escuras no Brasil

Carlos Francisco Moura

tebord2000@yahoo.com.br - Pesquisador do Real Gabinete Português de Leitura

O presente trabalho trata da vida e obra de João Antônio Caldas, engenheiro militar e lente da Aula de Fortificação da Bahia, e da utilização da câmara escura no Brasil. João Antônio Caldas realizou trabalhos cartográficos nas capitanias da Bahia e do Espírito Santo, e nas Ilhas de S. Tomé e Príncipe e em S. João Batista de Ajudá, no golfo da Guiné. Publicou entre outras a *Notícia Geral de Toda Esta Capitania da Bahia desde o seu Descobrimento até o Presente Ano de 1759* e produziu obras de fortificação e reparos nas capitanias da Bahia e do Espírito Santo, e na África. Quanto à câmara escura, trata do seu uso – na “Expedição do Maranhão” (1753), na Comissão de Demarcação de Fronteiras, na produção dos prospectos das cidades de Salvador (1756), e de Vitória, realizados segundo trabalho de José Antônio Caldas; assim como sobre o seu uso pelos desenhistas da *viagem filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira. O presente trabalho aborda ainda a origem e “inventores” da câmara escura – *Al Hazen, Bacon, Da Vinci, Alberti, Della Porta*, tratando de sua evolução e de seu emprego como diversão: “câmara óptica onde as vistas às avessas mostram o mundo às direitas”. Por fim trata da invenção da câmara clara ou lúcida, do daguerreótipo e da fotografia.

Despotismo Ilustrado e Representação Cartográfica: as políticas do Marquês de Pombal para o Distrito Diamantino, 1771-1777

Carmem Marques Rodrigues

carmem.marques.rod@hotmail.com - Graduada de História da FAFICH - UFMG

O reinado de D. José I é conhecido pela concentração de poderes na figura de seu principal ministro de Estado; Sebastião José de Carvalho e Melo, personagem histórico mais conhecido por seu título de Marquês de Pombal. O objetivo da pesquisa monográfica que está sendo desenvolvida sob orientação da professora Dra. Júnia Ferreira Furtado, pelo curso diurno de História pela UFMG, é descobrir ou pelo menos apontar pistas sobre as políticas específicas do Marquês de Pombal para o Distrito Diamantino, principalmente após o fim do regime de contratos e com a criação da Real Extração de Diamantes em 1771. As políticas protecionistas pombalinas, principalmente a criação de diversos monopólios através das Companhias de Comércio, são bastante estudadas pela historiografia contemporânea, mas no Brasil, principalmente em relação aos diamantes, ainda encontramos uma grande lacuna nessa área. Para preencher esse espaço, partimos de um dos documentos históricos mais notáveis sobre o Distrito Diamantino produzido por ordem do Marquês: *Carta Topographica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, corgos e lugares mais notáveis que nellas se contem – Para ver o IIº Exº Senhor Marquez de Pombal do Conselho de Estado*. A partir dele propomos traçar quais eram as principais intenções do Marquês de Pombal para com o distrito Diamantino, assim localizando em seu projeto de governo qual era o lugar ocupado pela extração de diamantes.

A cartografia colonial de rio Pardo e seus sistemas de defesa

Cláudio Renato de Camargo Mello

arqmel@hotmail.com - Doutorando em Arquitetura na Universidade do Minho

O estudo da história urbana no Rio Grande do Sul ainda apresenta várias lacunas. Muitas de suas páginas ainda estão para ser escritas. A má organização dos arquivos municipais – principais fontes de informação primária para o estudo da história urbana – que ainda contam com um número significativo de materiais a serem classificados, e a falta de estudo e catalogação da cartografia – esparsa pelas bibliotecas do país, corroboram para que a rica cultura urbana brasileira apresente um grande atraso historiográfico. Apesar destes fatores não permitirem construir um quadro coeso de conhecimentos, estudiosos de diferentes áreas têm contribuído, fazendo com que a história urbana possa ser estudada também pela análise de seus componentes sociais, econômicos, políticos e culturais. Ao considerar-se a situação geográfica da região de Rio Pardo, cortada transversalmente pelo rio Jacuí – no sentido oeste-leste – e pelo rio Pardo no sentido norte-sul, destacamos que em 1753, a fundação da Fortaleza Jesus, Maria, José, no contexto da Guerra Guaranítica [1753-56], denota o caráter inicialmente militar e defensivo dessa povoação, fortalecido com a instalação dos primeiros colonizadores açorianos ao redor da mesma. Objetivando compreender a origem e estruturação urbana da cidade de Rio Pardo, a metodologia de trabalho, procurou identificar de que maneira se estruturou o seu espaço urbano, considerando variáveis políticas, econômicas, sociais e suas relações com o espaço. Cronologicamente, o texto apresenta a evolução da estrutura urbana de Rio Pardo, inserido no contexto das construções para defesa erguidas pelos portugueses na região meridional do Brasil até o final do século XIX, enfatizando os aspectos principais que alavancaram o desenvolvimento desta importante cidade que revela toda a sua geografia urbana, para além da magnitude de sua arquitetura. Os instrumentos de coleta de dados, fundamentados em pesquisas bibliográficas de caráter exploratório foram: análise de documentos históricos, análise de mapas e plantas urbanas, entre outros. A interpretação dos dados coletados poderá permitir, dentro dos objetivos propostos, através de um instrumental metodológico adequado, subsidiar estudos futuros para o entendimento acerca das características das cidades de origem portuguesa, especificamente no sul do Brasil.

Cartografia Urbana e História: problematizando suas relações

Daniela Marzola Fialho

dfialho.voy@terra.com.br - Doutoranda em História (PPG/História UFRGS) e Professora da Faculdade de Arquitetura da UFRGS

O trabalho apresenta uma análise dos três primeiros mapas da cidade de Porto Alegre – fundada em 1772 e, a partir de 1773, capital do Rio Grande do Sul, região mais meridional do Brasil – a saber: o mapa de Tito Lívio Zambeccari, de 1833; o do “Império do Brasil”, de 1838; e o de L. P. Dias, de 1839. Produzidos nos anos precedentes e durante a chamada Guerra dos Farrapos, também conhecida como Revolução Farroupilha (1835-1845), tais mapas mantêm uma relação direta com esse acontecimento histórico. O primeiro deles, de 1833, elaborado pelo conde italiano Lívio Zambeccari, logo após chegar à cidade e dois anos antes da eclosão da Revolução, tem certamente a ver com o ambiente pré-revolucionário da época, pois Zambeccari foi um importante personagem desse acontecimento. Os outros dois mapas – uma carta oficial do Império e o de L.P.Dias – revelam, por suas datas (1838 e 1839) e por suas origens, os interesses políticos imediatos que os motivaram. Trata-se, como em todo estudo histórico, de uma análise para além da questão da representação cartográfica da cidade, procurando relacionar uma linguagem específica de conhecimento e governo do território – a cartografia – com a história desse território. Trata-se, então, de examinar, problematizando, as relações entre a história do II Império brasileiro e a cartografia da cidade de Porto Alegre, na década de 30 do século XIX. E nesse sentido, é insuficiente afirmar que os mapas são documentos fundamentais para o estudo do passado, já que eles estão interconectados na própria produção dos processos de identidade históricos. Daí este trabalho centralizar sua análise na discussão das relações entre esses primeiros mapas de Porto Alegre e seus cartógrafos com a Revolução Farroupilha.

Mapas da região sul da província fluminense

Fania Fridman

faniafridman@gmail.com - Economista e professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Valter L. Macedo

vlmacedo@terra.com.br - Geógrafo, professor do CBNB/III COMAR e pesquisador do Gesthu

Nossa contribuição será apresentar alguns resultados de uma pesquisa em andamento dedicada à história do Rio de Janeiro. O presente trabalho parte do projeto territorial implementado pelas autoridades civis e religiosas em meados do século XIX na extensão que compreende os atuais municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati. Margeando as baías de Sepetiba e da Ilha Grande, esta área atuou no seu processo histórico como entreposto comercial tanto para as grandes rotas marítimas estabelecidas entre Europa e África com a grande “parte sul” do país, quanto para a ligação entre São Paulo e Minas Gerais com a capital fluminense destacando-se como produtora de açúcar e aguardente, local de pesca da baleia e como porto estratégico para o escoamento de ouro e diamantes. Os antigos caminhos de povoamento do Brasil cruzavam estrategicamente a nossa região de interesse cuja ocupação se deu através do estabelecimento de rotas de tropeiros, pousos e atração de colonos que se fixaram ao longo de tais caminhos através da doação de sesmarias. Para o seu controle, vilas e freguesias foram instaladas de acordo com o ritmo da dinâmica econômica colonial e imperial. Nossa pesquisa busca observar esse processo ao elaborar mapas conjecturais inéditos das propriedades fundiárias existentes na área em questão, dos assentamentos urbanos e das vias de comunicação a partir de dados primários levantados junto ao Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Exército e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como de fontes secundárias disponibilizados pela bibliografia de referência.

Aportes para a exploração didático-pedagógica de documentos cartográficos e iconográficos históricos

Fernanda Borges de Moraes

fbmoraes@ufmg.br - Professora Adjunta II do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG

Com o advento das novas mídias eletrônicas, a reprodução e disponibilização de documentos cartográficos e iconográficos antigos em meio digital tem ampliado expressivamente o acesso de inúmeros pesquisadores a este tipo tão específico de registro histórico. Se, por um lado, tal fato tem contribuído para o aumento considerável da produção científica em áreas como a História, Geografia, Arquitetura, Urbanismo, entre tantas outras, por outro, ainda é muito lenta a repercussão dessa produção no ensino fundamental e médio. Basta observar, mesmo nos livros didáticos avaliados e recomendados pelo Ministério da Educação, que as reproduções de registros cartográficos e iconográficos são apresentadas como mera ilustração, sem que sejam objeto específico de reflexão, tanto sobre as informações neles representadas quanto seu papel no processo de desenvolvimento técnico-científico. Há que se ressaltar que tais registros são importantes patrimônios nacionais, muitos já inscritos nos livros de tombos. Tendo identificado e constatado tal situação, é preciso destacar que sua superação implica levantar as dificuldades e limitações a que está submetido o próprio corpo docente. Iniciando por uma breve avaliação de alguns dos principais livros didáticos adotados em escolas públicas, busca-se, com este trabalho, elencar aspectos, questões e procedimentos metodológicos que possam ser explorados no sentido de contribuir para uma formação mais ampla dos estudantes, desconstruindo mitos e evidenciando, nos diversos atores do processo de construção da nação, a relevância de seu legado, até então desconhecido ou desconsiderado. Conceitualmente, parte-se da premissa de espacializar a narrativa histórica, numa perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica, evitando os grandes recortes temáticos comumente adotados - História Geral, História do Brasil, História Local, etc. -, para privilegiar as simultaneidades dos eventos e processos aqui e além-mar, tomando o período colonial como recorte temporal privilegiado.

Desvendando o mundo urbano e rural na América Portuguesa: contribuições da cartografia histórica

Fernanda Borges de Moraes

fbmoraes@ufmg.br - Professora Adjunta II do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG

Josarlete Magalhães Soares

osarlete@ibest.com.br - Arquiteta Mestre pela Escola de Arquitetura da UFMG

A cidade é produto de processos contínuos e não de uma criação instantânea, processos esses que continuam em curso na atualidade, revestindo-se de elementos e de dinâmicas novas que se associam de maneira dialética às marcas deixadas pelo processo original. A formação urbana apresenta, assim, uma sinergia própria, caracterizada pela tendência natural da sociedade humana à aglomeração e pela força que essa aglomeração, uma vez estabelecida, exerce sobre os processos sociais que ocorrem em seu interior e ao seu redor. Ao longo do processo de colonização da América Portuguesa, a relação campo-cidade não foi uniforme. Nos dois primeiros séculos, as cidades se constituíram como entrepostos comerciais, fazendo a ligação da produção rural aqui instalada com o mercado urbano europeu, de modo que o centro produtivo da economia estava no campo. Esse padrão sofreu profundas alterações com os descobertos auríferos. Em fins do século XVII, com o desencadeamento do processo de ocupação efetiva do território mineiro, ocorre uma inflexão no processo de colonização. Tratou-se de um momento em que ocorre uma das mais espantosas mudanças na então incipiente rede urbana da América Portuguesa, resultado da concentração populacional inicialmente gerada pela atividade mineradora e da expansão territorial subsequente. Gerando bens – no caso, ouro e diamantes – que, para a subsistência de seus habitantes, deveriam ser trocados por outros produtos, os núcleos mineradores transformam-se em centro de produção e troca, gerando e organizando não só o espaço rural à sua volta, mas constituindo importantes pontos de articulação de uma rede urbana que passou a articular expressivas porções do território da colônia. Tal inflexão nos remete à necessidade de uma reflexão mais profunda do que constituiu o urbano e o rural no mundo colonial e sobre seus desdobramentos e condicionantes na contemporaneidade. Registros cartográficos e iconográficos coevos, cotejados com bases atuais e ainda com outras fontes documentais, contribuíram decisivamente na elucidação dessas duas categorias – urbano e rural – em suas dinâmicas passadas, muitas das quais ainda presentes.

Traços do desenvolvimento cognitivo dos cartógrafos nos mapas do Brasil dos séculos XVI e XVII

Fernando Luiz de Paula Santil

flpsantil@uem.br - Professor do Departamento de Geografia da UEM

Vagner de Souza Serikawa

ra47233@uem.br - Graduando em Geografia da UEM

O mapa é o resultado de uma série de transformações psicológicas ocorridas na mente do seu executor (Peterson, 1995). No caso, o “cartógrafo seleciona, abstrai e organiza as informações de um meio complexo e desestruturado e o organiza de um modo coerente sobre a superfície do mapa” (Petchenik, 1977, p.124). Como o ser humano é capaz de representar internamente o ambiente, essas representações, centralizadas nas relações espaciais e socioculturais, simulam o conhecimento sobre o mundo externo: esse é o objeto de estudo da Psicologia Cognitiva (Gardner, 2003). Nos estudos da Psicologia Cognitiva, os trabalhos desenvolvidos por Piaget, no final da década de 1950, propõem entender o processo de desenvolvimento cognitivo (pensamento), por ele denominado lógico-formal. Com o objetivo de compreender esse processo na comunicação dos mapas dos cartógrafos dos séculos XVI e XVII, utilizou-se a teoria do desenvolvimento cognitivo apresentada por Piaget & Inhelder (1993), que visa identificar e reconhecer o processo de construção do conhecimento espacial elaborado por esses atores a partir de suas representações cartográficas. Em particular, foi analisada a similitude dessas representações com as executadas por crianças, subsidiando os traços característicos desses profissionais em seus mapas. Observou-se nos mapas avaliados que há exagero de detalhes na proporção entre objetos, como, por exemplo, na igualdade do tamanho de um canhão com o de uma casa. Nesse caso, Luquet (1935) assinala que há semelhanças com os desenhos elaborados por crianças de 6 a 9 anos de idade, que os denomina por realismo intelectual. Além disso, a representação cartográfica observada é do objeto visto (pictórico) como fazem as crianças nessa faixa etária. Foi observado também que há indicações simultâneas nos mapas da visão vertical com a oblíqua. Luquet (1935) aponta que o espaço projetivo euclidiano está indicado como o realizado por crianças de 9 a 10 anos de idade, porém a solução apresentada pelos cartógrafos foi a de combinar o objeto visto com o abstrato para se fazerem comunicar. Este fato pode ser observado em mapas turísticos. Mèredieu (1979) indica ainda que àqueles mapas se assemelhem as plantas minuciosamente desenhadas pelas crianças e cujos elementos são representados “chapados”. Essa avaliação preliminar indica inicialmente que esses profissionais estão no período operatório concreto do desenvolvimento cognitivo das crianças, e esse estudo aponta que o tema História da Cartografia é um campo a ser explorado.

A cartografia na formação da identidade nacional - a coleção Rio Branco da Biblioteca Nacional

Flávia M. Cezar da Cunha

flaviacezar@bn.br - Técnico em Documentação - Fundação Biblioteca Nacional - DINF

Jorge Ricardo Cardoso de Carvalho Raposo da Câmara

jricardocamara@bn.br - Técnico em Documentação - Fundação Biblioteca Nacional - PLANOR

A figura do Barão do Rio Branco há tempos desperta a curiosidade de pesquisadores da História do Brasil; falar sobre este personagem, não é tarefa simples, devido à extensão e variedade de seu trabalho, pois ele participou ativamente de vários eventos significativos da história do Brasil. A Coleção do Barão do Rio Branco na Biblioteca Nacional possui uma importância intrínseca por estar relacionada a um período fundamental na história do Brasil, entre o final do Império e o início da República, caracterizado pela construção da imagem do país no exterior, do qual José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), foi expoente, como chanceler da República, a partir de 1903. Em um contexto de problemas sociais internos, as vitórias diplomáticas ajudaram a consolidar não só a recém proclamada república do Brasil, mas também a identidade de um país vitorioso, e ao mesmo tempo cordial, avesso à belicosidade. Forjou-se o mito do Barão do Rio Branco invencível, um verdadeiro herói nacional, expressão da soberania da nação brasileira, a partir das suas sucessivas vitórias em negociações limítrofes, ao mesmo tempo que afeito ao equilíbrio de poderes nas relações internacionais. Nessas negociações, o Barão do Rio Branco, dotado de grande erudição, e em busca de embasamento histórico, voltou-se para a pesquisa e coleta de manuscritos e mapas, submetendo à apreciação dos países árbitros exaustiva documentação para fundamentar a posição brasileira. Reuniu-se dessa forma uma valiosa coleção de mapas, os quais o Barão encontrou e reproduziu de diversos arquivos e bibliotecas européias e cuja maioria era então desconhecida dos brasileiros. Como, por exemplo, os publicados em “*Frontieres entre Le Brésil et La Guyane Française (...)*” que reúne mapas, tratados e memórias que remontam à história do Brasil no que tange as disputas territoriais na questão da Guiana Francesa, contendo belíssimas reproduções de mapas, sendo alguns apontados pelo autor como inéditos. Parte dessa coleção encontra-se hoje na Biblioteca Nacional. Para além da formação da identidade do Brasil, a atuação do Barão do Rio Branco tem o mérito de através do levantamento exaustivo das cartas relativas aos tratados estabelecidos, permitir o acesso a mapas antigos, muitos dos quais antes apenas acessíveis em coleções européias, formando uma inestimável coleção cartográfica. O presente trabalho descreve e analisa em linhas gerais essa coleção.

Os primeiros levantamentos científicos do território brasileiro

Friedrich E. Renger

frenger@terra.com.br - Professor Associado do Departamento de Geologia, Instituto de Geociências da UFMG

Maria Márcia Magela Machado

mmarciamm@ufmg.br - Professora Adjunta do Departamento de Cartografia, Instituto de Geociências da UFMG

As descobertas de ouro no interior do Brasil, nos atuais estados de Mato Grosso e Goiás, no início do século XVIII, tornaram imprescindível o conhecimento geográfico pormenorizado da colônia para embasar negociações com os vizinhos espanhóis. Surgiu então, por volta de 1720, em Lisboa o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa. D. João V contratou em 1722 dois matemáticos e astrônomos, os jesuítas napolitanos Carbone e Capassi. O Pe. Capassi (1684-1736) foi enviado ao Brasil em 1729, junto com o jesuíta português Diogo Soares (1694-1748). Depois de montar um observatório astronômico no Rio de Janeiro e determinar a longitude neste local, partiram para o sul do Brasil, incumbidos de levantamentos para a melhor definição dos limites entre Brasil e os domínios espanhóis, especialmente referentes à colônia do Sacramento. Produziram cerca de 15 mapas cobrindo diversos trechos do litoral e interior entre Rio de Janeiro e a foz do Rio da Prata. Os mapas foram orientados tendo o meridiano do Rio de Janeiro como origem para camuflar a ocupação portuguesa em relação ao meridiano de Tordesilhas. A partir de 1732 os Padres Matemáticos trabalharam em Minas Gerais levantando praticamente toda região de lavras de ouro desde a Zona da Mata até as Minas Novas de Araçuaí. Existem também três plantas de arraiais próximos à Vila do Ribeirão do Carmo (Mariana), de 1732, que devem ser atribuídas a estes padres. Também elaboraram um mapa com o registro dos locais de exploração dos diamantes no entorno do arraial do Tejuco (Diamantina), que serviu de base para a Demarcação Diamantina, decretada em agosto de 1734. Para a confecção dos mapas os padres determinaram latitude e longitude de 184 localidades, das quais 116 são de Minas Gerais, usadas na elaboração de mapas posteriores possibilitando um considerável avanço na representação do território mineiro. Somente as latitudes são preservadas; as tabelas das longitudes tomaram um destino ignorado, provavelmente em função da política de sigilo. Quanto à sistematização dos levantamentos e representações cartográficas para composição do pretendido Atlas, a tarefa era por demais grandiosa para apenas dois cartógrafos.

A cartografia do Distrito Federal

Graciete Guerra da Costa

gracietedacosta@gmail.com - Professora da FAU da Universidade de Brasília e Arquiteta/Urbanista/GDF

Valério Augusto Soares de Medeiros

medeiros.valerio@uol.com.br - Pesquisador Associado da Universidade de Brasília e Arquiteto da Câmara dos Deputados

Por meio da análise de material cartográfico disponível, a comunicação explora o processo de elaboração dos primeiros mapas produzidos para o Distrito Federal/Brasil, observando particularmente a contribuição de cartógrafos e engenheiros militares na construção de um espaço ainda não ocupado no Planalto Central do país. A pesquisa se fundamenta no confronto entre a cartografia produzida cronologicamente, conforme a progressiva idéia de consolidação da transferência da capital brasileira, e os eventos históricos motivadores de expedições e viagens exploradoras para demarcação e identificação de feições geográficas, botânicas, humanas e sociais. Da visão sincrônica da mapografia conhecida, observou-se que certos fatos históricos foram decisivos para a produção cartográfica do Distrito Federal, a incluir: (1) a manifestação do Marquês de Pombal, em 1751, pela transferência a capital da colônia para o interior; (2) a elaboração pelo cartógrafo, explorador, geógrafo e engenheiro militar italiano Francesco Tosi Colombina, da carta geográfica de Goiás, realçando o valor estratégico do Planalto Central; (3) a viagem de reconhecimento à região central do Brasil, em 1877, do historiador e diplomata Adolfo F. Varnhagen, da qual resultou o livro "A questão da capital: marítima ou no interior?"; (4) a promulgação da primeira Constituição da República, em 1891, que apresentou no Artigo 3º o texto: "fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 Km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal"; e (5) a efetivação dos trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que identificou a zona pré-definida pela Constituição, desenhando a área conhecida por "Quadrilátero Cruls", com a expressão "Futuro Distrito Federal". Resultados apontam que a mapografia produzida em cada recorte histórico reflete uma série de interesses conforme a intenção de escolher a localização precisa do sítio da futura capital do Brasil. Além disso, o estudo contribui para uma mais refinada compreensão do processo de incorporação efetiva de um vasto território nacional ao imaginário brasileiro, o que promove um alargar de fronteiras, vinculando-se às séries de expectativas sociais, econômicas e culturais que encontraram na construção de Brasília sua expressão-mor.

Rede de cidades amazônicas: Belém, Santarém, Manaus e Rio Branco

Graciete Guerra da Costa

gracietedacosta@gmail.com - Professora da FAU da Universidade de Brasília e

Marcílio de Oliveira Sudério

marcilio.suderio@ig.com.br - Professor do IESB de Brasília e Arquiteto/AMIL

A Amazônia brasileira ocupa 63% do território nacional com seus 510 milhões de hectares. Esta comunicação busca observar a história da ocupação de quatro cidades da Região Amazônica: Belém - Pará (1616), Santarém - Pará (1661), Manaus - Amazonas (1669), e Rio Branco - Acre (1882), para concluir que existe uma rede de cidades amazônicas. A América entrou na História com a aventura de Cristóvão Colombo, em 1492. Pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 7 de junho de 1494, a maior parte das terras da Amazônia passou a ser de posse da Espanha. Em 1498, Cristóvão Colombo chegou à altura da foz do Rio Orinoco. De 1535 a 1542, diversas expedições tentaram penetrar o Amazonas, porém, fracassaram. O privilégio do descobrimento do Rio Negro coube, inteiro, a Francisco de Orellana, que realizou a primeira expedição ao longo do Rio Amazonas, descendo-o a partir dos Andes, e lhe pôs nome a 3 de junho de 1542. Dessa forma, a Amazônia manteve-se inexplorada durante a maior parte do século XVI, sendo alvo de maior interesse somente a partir da segunda metade desse mesmo século (1580), por cobiça principalmente dos holandeses, franceses, ingleses e irlandeses. Apesar das Coroas de Portugal e da Espanha estarem unidas sob o comando da segunda na época da chegada dos luso-brasileiros à foz do Rio Amazonas, em 1616, com a fundação da cidade de Belém, a ocupação da Amazônia brasileira, a partir daí, foi um ato essencialmente político sob a regência de Portugal. Em 28 de outubro de 1637, a expedição de Pedro Teixeira subiu o Rio Amazonas, abrindo as comunicações com Quito, provando-as exequíveis, tornando melhor conhecido o trecho entre os Andes e o Atlântico. Somente depois da viagem de Pedro Teixeira começou o devassamento do território amazonense. Os sertanistas, partindo de Belém, Gurupá e Cametá, foram adentrando em viagens ousadas, com a fundação da cidade de Santarém em 1661, passando do Tapajós para o lado do Ocidente, região conhecida por Sertão das Amazonas, rumo aos limites com as colônias espanholas. Buscavam ouro e drogas do sertão. Capturavam indígenas para o trabalho escravo. A Fortaleza de São José da Barra, ou Fortaleza, ou Forte da Barra de São José do Rio Negro, de São José ou Casa Forte foi erguida – provavelmente em 1669 – em lugar adequado, resguardando o Rio Negro das incursões consideradas inimigas. Em seguida, veio a fundação da cidade de Rio Branco, no Acre ocorrida em 28 de dezembro de 1882.

Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho

Helder Trigo Gonçalves Marques

htrigo@letras.up.pt - Departamento de Geografia, Universidade do Porto

Mário Gonçalves Fernandes

mgfernan@letras.up.pt - Departamento de Geografia, Universidade do Porto

A importância económica e social da vitivinicultura em Portugal fez com que o Estado tivesse, desde cedo, demonstrado preocupações no domínio da recolha da informação com intuítos diversos, desde os fiscais até aos de regulação do mercado. Além disso, a espessura jurídica que diacronicamente foi formatando as actividades de produção e circulação abrangeu também a responsabilidade de criação de acervos estatísticos, quer por parte da administração central quer, posteriormente, por parte das comissões vinícolas regionais ou, nos restantes territórios de Portugal Continental, pela Junta Nacional do Vinho. São, justamente, os enlances entre os diversos ambientes de produção de informação e as formas de representação cartográfica que se pretende explicitar. Nesta comunicação trataremos de explicitar uma primeira aproximação a algumas das fontes estatísticas e cartográficas relacionadas com a vitivinicultura, analisando o período que vai desde a cartografia produzida pelas comissões anti-filoxéricas, na segunda metade do século XIX, à cartografia da estruturação da rede das adegas cooperativas, produzida em meados do XX, pela Junta Nacional do Vinho, perpassando pelas “Considerações acerca da produção vinícola do norte de Portugal em 1892”, manuscrito elaborado em 1894, por José Taveira de Carvalho Pinto de Meneses, pelos “Le Portugal Vinicole” e o “Le Portugal au point de vue agricole”, ambos de 1900 e coordenados por Cincinnato da Costa e Luiz de Castro, pela precocidade da demarcação das regiões vitícolas de 1907 e 1908, ou, ainda, pelos “Atlas de Portugal”, de Amorim Girão, de 1941 (1ª edição) e 1958 (2ª edição).

A pesquisa mineral no século XVII: o mapa da baía de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira (1653)

Jefferson de Lima Picanço

jeffpicanco@yahoo.com - Consultor autônomo

Em meados de 1652, Pedro de Souza Pereira, a serviço do Governador-Geral Salvador Corrêa de Sá e Benevides, procede ao reconhecimento das minas de ouro das capitanias do sul do Brasil. Em carta de 20 de maio de 1653, Souza Pereira escreve ao Rei das diligências realizadas durante sua viagem. Anexo a esta informação está uma descrição das capitanias do sul e um mapa da baía de Paranaguá, feito por Souza Pereira ou seus auxiliares. Este mapa provavelmente foi executado entre os meses de março e maio de 1653, mostrando a baía, suas barras, as principais ilhas, alguns dos rios que nela deságuam, bem como a vila de Paranaguá e os campos de Curitiba, estes simbolizados por duas casas, uma cruz e um pelourinho na parte superior do mapa. Neste mapa constam ainda 21 indicações de minas, o que o torna o mais antigo mapa de ocorrências minerais até hoje conhecido no Brasil. Os rios auríferos indicados neste mapa são principalmente os rios Cubatão (atual Nhundiaquara), Cacatu, Curitibaiva, Cachoeira e Faisqueira. Já pelo mapa se depreende que a maioria das lavras ficava no vale do Cubatão, inclusive as "minas de pedra" manifestada por Gabriel de Lara em 1646. No mapa consta também a profundidade das barras da baía de Paranaguá, mostrando os cuidados de sua elaboração. Não tendo achado nenhum grande tesouro, Souza Pereira ordenou que os trabalhos de lavra nestas catas fossem suspensos, autorizando somente a lavra de ouro de lavagem. Segundo C.R.Boxer, cópias deste mapa podem ter sido capturadas pelos holandeses, então ainda ocupando Pernambuco, alarmando Lisboa sobre uma invasão desta costa pelos flamengos. As lavras de Paranaguá, como toda a mineração vicentina, foi importante como ensaio e aprendizado para a descoberta das Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, já no século XVIII.

«Oporto Wine In Maps (1843-1860)»: A Cartografia inglesa do Douro

João Carlos dos Santos Garcia

jgarcia@letras.up.pt - Professor Associado do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Didiana Branco

dribeiro@estgl.ipv.pt - Docente da Área de Turismo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego
(Instituto Politécnico de Viseu)

Oporto wine received a delimited geographical region - the Douro valley - since two new maps were drawn and engraved in London, in the mid 19th century. The author, Joseph James Forrester, an English merchant/tradesman of Scottish origin, edited them in a close connection with the economic, social and political conditions of Portugal, the wine trade markets, and the international exhibitions of London (1851) and Paris (1855). Based on British cartography which dates back to established/dating from the Napoleonic Wars in the Iberian Peninsula, the «Map of the wine district of the Alto Douro » (1843) and « The Portuguese Douro and the adjacent country and so much of the river as can be made navigable in Spain» (1848) had had different editions in London, Edinburgh and Oporto, by well known cartographers as James Wyld and William Hughes, till the baron's death in 1861. Maps of Oporto Wine were published and diffused as monuments to eternize the Baron of Forrester and his work, and the unfailing British presence at the Portuguese Douro.

**Revisitando a Cartografia Náutica Portuguesa Antiga do Atlântico:
uma análise quantitativa**

Joaquim Filipe Figueiredo Alves Gaspar

alvesgaspar@netcabo.pt - ISEGI - Universidade Nova de Lisboa

Somente um pequeno número de cartas portuguesas do século XV e início do século XVI chegou até nós, muito embora já existisse cartografia náutica em Portugal no tempo do Infante D. Henrique. Estas cartas têm sido estudadas do ponto de vista geográfico e histórico, tendo-se estabelecido, em algumas delas, estreitas correlações com a cronologia dos descobrimentos no Atlântico. Menos conhecidas são as suas propriedades geométricas e náuticas, nunca tendo sido realizado qualquer estudo cartométrico sistemático que permita uma melhor compreensão de como foram construídas, e de que modo a introdução dos métodos astronómicos de navegação influenciou a sua geometria. Nesta comunicação, são apresentados e discutidos os resultados de uma análise cartométrica efectuada em algumas cartas náuticas portuguesas do Atlântico, entre c. 1471 e 1502. A análise incluiu os seguintes componentes: uma avaliação da exactidão das cartas para a navegação, que consistiu na medição dos erros de latitudes, rumos e distâncias; a interpolação das redes de meridianos e paralelos que está implícita em cada uma das representações, utilizando uma amostra de pontos de coordenadas conhecidas; e a simulação da sua geometria, através de um modelo numérico que tem em conta os métodos de navegação praticados na época e a distribuição espacial da declinação magnética, obtida através de fontes históricas e de um modelo geomagnético recente. Dos resultados obtidos puderam retirar-se conclusões historicamente relevantes sobre os métodos e pormenores técnicos relativos à construção das cartas e às fontes da informação geográfica nelas contida. No caso do planisfério de Cantino, foi possível clarificar ou corrigir algumas ideias antigas sobre a sua origem, método de construção e exactidão, em particular no que diz respeito à representação do Brasil e da costa de África.

A Cartografia digital como ferramenta para a Cartografia histórica

Jorge Pimentel Cintra

jpcintra@usp.br – Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo/USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

O trabalho apresenta, através de exemplos concretos, o auxílio que a Cartografia digital presta à Cartografia histórica. Para isso são apresentados os principais passos a serem seguidos quando se trabalha com mapas históricos no meio digital: escolha de um programa adequado, de forma que possua comandos e funções adequadas para os estudos que se pretende; transformação do mapa para o meio digital (escanerização do documento em condições adequadas), estudo dos dados do mapa relevantes para o registro do mesmo: escala, projeções, coordenadas, meridiano de origem. Apresentam-se diversas potencialidades e estudos. Em primeiro lugar o estudo da precisão de uma carta ou mapa antigo, para a qual deve-se contar com um mapa de referência (de melhor precisão) e extrair coordenadas de pontos homólogos em ambas as fontes, criando tabelas e exportando-as para uma planilha eletrônica, que permitirá calcular parâmetros estatísticos como média, desvio padrão, curtose e assimetria, e realizar os testes básicos de tendência e precisão. Apresentam-se outras possibilidades, como a da localização exata de monumentos, edifícios e ruas não mais existentes. Para isso deve-se fazer o registro do mapa antigo da cidade com um mapa atual, e trabalhar com os recursos de transparência, isto é, colocar um sobre o outro, mas mantendo uma porcentagem de transparência para que se veja o fundo. O registro exige a identificação de pontos comuns, pontos do mapa antigo que continuam a existir (cantos de edifícios históricos, cruzamentos de ruas que não sofreram alargamento, etc.). O que foi aplicado a plantas de cidades, pode ser estendido a outro tipo de cartografia: mapas históricos de maneira geral. A introdução do elemento quantitativo no dado histórico permite ilustrar e definir melhor o aspecto qualitativo, ou seja precisar e matizar as informações. Em suma, o trabalho mostra como aproveitar o novo em benefício do antigo, a técnica em benefício da história.

A simbologia de núcleos urbanos no mapa de Céspedes de Xeria

Jorge Pimentel Cintra

jpcintra@usp.br – Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo/USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Esse mapa, na verdade um esboço, é a primeira carta de penetração do interior de nosso continente, datada de 1628. O autor, Luis Céspedes de Xeria, foi Capitão-General (governador) do Paraguai que vinha tomar posse de seus domínios; chegou até Assunção partindo de São Paulo, descendo o rio Tietê e o Paraná, e entrando em alguns de seus afluentes, como o Paranapanema, todos cartografados nesse mapa que pertence ao Arquivo Geral das Índias de Sevilha (Espanha). Após uma breve análise de alguns aspectos cartográficos de representação, a atenção centra-se na representação dos núcleos urbanos, que são 5, a saber: a vila de São Paulo no Brasil, às margens do rio Anhembi (Tietê); o conjunto formado pelo aldeamento de Loreto del Pirapó e a aldeia de Santo Ignácio ambos à margem esquerda do Rio Paranapanema, junto a esse seu afluente (Pirapó); Vila Rica do Espírito Santo, que se sabe ter estado próxima à foz do Rio Ivaí; Ciudad Jerez, nas margens do Rio Miney, afluente da margem direita do Paraná, na região do atual estado de Mato Grosso do Sul e finalmente Cidade Real do Guairá, às margens do Rio Piquiri, nas proximidades de sua foz no Paraná e bem próximo às cataratas do Iguaçu. A principal questão que se coloca refere-se à representação icônica de cada uma dessas localidades, com conseqüências para a cartografia urbana. O ícone correspondente a São Paulo foi identificado como sendo uma representação da Casa da Câmara e da Cadeia e baseado nele Taunay orientou a confecção de um desenho de como seria esse edifício. Isso gerou muitas controvérsias e questões que se procuram esclarecer no presente trabalho. No fundo da questão está a pergunta: esse ícone é meramente um signo-sinal, de natureza puramente arbitrária, convencional ou um signo-símbolo, guardando certa proporção ou isomorfismo com a realidade? A análise dos ícones no contexto do mapa é rica em informações, que são confrontadas e discutidas com fontes externas; assim, examinam-se: o pelourinho, a arquitetura representada, a torre sineira, a bandeira oficial tremulando ao vento e outras. A importância dessa representação reside no fato de ser a primeira iconografia da cidade de São Paulo e a questão se resume em saber, por dados internos e externos à cartografia, sua maior ou menor semelhança com a real Casa da Câmara e da Cadeia, que associada ao pelourinho, é sede e símbolo do poder.

A primeira planta da cidade de São Paulo

Jorge Pimentel Cintra

jpcintra@usp.br – Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo/USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

A primeira referência a um “plano topográfico da cidade” é do capitão-general Lorena, oferecendo-o à Municipalidade em junho de 1792. No entanto, até hoje não se descobriu o paradeiro desse que seria o primeiro documento da cartografia paulistana. A primeira planta que se conserva é a de 1810, cujo original encontra-se no Museu Paulista. É essa que se estuda no presente trabalho, do ponto de vista da história, da cartografia e de seus embasamentos técnicos. Após uma breve biografia do autor da mesma, Cel. Rufino José Felizardo e Costa, são estudados alguns elementos técnicos como: o meridiano de origem, que é o da Ilha do Ferro; os valores que apresenta para latitude, longitude e variação da agulha (declinação magnética) na cidade, que são comparados com os atuais. Ou seja, as técnicas da época são explicadas brevemente com o intuito de situá-las em seu contexto histórico e poder avaliar a qualidade do trabalho, que em resumo foi bem feito. Estudam-se também os elementos cartográficos: escala, seta identificadora do Norte, a possível forma de construção da planta, o variado emprego das cores e convenções implícitas; uma legenda com as *Explicações*, que identifica através de letras os correspondentes edifícios, caminhos, pontes e chácaras. Além disso, há algumas inserções, de autoria ignota, algumas mais próximas do autor, outras mais recentes, que são identificadas e analisadas. Inicia-se também um estudo da região compreendida pelo mapa, que inclui o chamado Triângulo (Centro Velho da cidade) e o chamado Centro Novo que é ainda um projeto de arruamento em implantação, confirmado pelo tracejado de algumas ruas e por várias só terem sido abertas a partir de 1810, data do mapa. O contraponto dialogado entre Cartografia e História é bastante interessante.

Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804

Jorge Pimentel Cintra

jpcintra@usp.br – Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo/USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Márcia Maria Duarte dos Santos

mdsantosy@yahoo.com.br – Pesquisadora do Centro de Referência em Cartografia Histórica, Universidade Federal de Minas Gerais

A *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais*, um manuscrito realizado em 1804, por Caetano Luiz de Miranda, é um documento de grande valor, tanto para o conhecimento da geografia das Minas Gerais colonial, como para a história da cartografia de Minas e do Brasil. Além de ser uma fonte de informação primária, é uma parte da história da nossa cartografia. O estudo dos elementos técnicos envolvidos, em si e comparativamente a mapas anteriores e posteriores, ajuda a contar essa história. Assim, o presente trabalho analisa elementos como o autor, a escala do mapa, as coordenadas empregadas, o tipo de projeção utilizada, o meridiano de origem adotado (com uma interessante revelação), as convenções cartográficas explícitas e implícitas para representar os diferentes tipos de povoação, montanhas, caminhos, limites, rios e outros elementos. Por comparação com as coordenadas de mapas atuais e mais preciso resulta numa avaliação da qualidade cartográfica desse mapa em termos de tendência e precisão, sempre enquadradas no contexto cartográfico da época, podendo resultar numa avaliação indireta da qualidade do autor como cartógrafo. Deve-se ressaltar que esses elementos técnicos, que hoje estariam reunidos em um arquivo de metadados, como compêndio de importantes informações, não são especificados em muitos catálogos de acervos ou de exposições em que consta a sua descrição geral. Assim, o presente estudo, que serve como protótipo metodológico, agrega informações para acompanharem esse mapa em futuras exposições. Um estudo desse tipo deve ser feito para quase toda a nossa cartografia histórica, para sua referência e indexação. É nessa perspectiva, que o presente trabalho analisa do ponto de vista cartográfico a *Carta Geográfica*. Num primeiro momento essa análise é feita a partir dos dados do próprio mapa e concernentes à cópia com que se contou para o estudo, sem recorrer a elementos externos, que são incorporados num segundo momento. Ele trata, também, da precisão do mapa, com vistas à sua difusão, amparada na confiabilidade de seus aspectos técnicos, como uma fonte de informação primária de valor para a produção da literatura de cartografia histórica.

O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas

Jorge Pimentel Cintra

jpcintra@usp.br – Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo/USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

No presente trabalho analisa-se o Mapa das Cortes do ponto de vista da cartografia: autoria e fontes, projeção, escala, meridiano de origem, cores, simbologia e convenções cartográficas, seguida de uma análise da precisão e dos erros existentes. A análise morfológica preliminar permite apontar deformações existentes, como fizeram diversos autores, mas é a análise precisa, de acordo com a metodologia de controle de qualidade cartográfica, que permite quantificar, identificar melhor os locais dessas deformações, comprovar seu caráter proposital e sugerir o modo como foram introduzidas. Há regiões de grande precisão, como a costa leste, mostrando que existia a tecnologia para isso e que os erros foram de fato introduzidos. Com o auxílio de um programa para cartografia digital e uma planilha eletrônica com recursos para análise de dados foi possível realizar cálculos e análises estatísticas. Foram tomados cerca de 430 pontos, que após análise, foram divididos em regiões relativamente homogêneas quanto à precisão ou deformação: a costa marítima do Cabo de Santa Maria ao Cabo de São Roque; deste até Belém do Pará e ao Oiapoque; o rio Amazonas e seus afluentes (comparados com o mapa de La Condamine); a linhas fronteiriças do Madeira-Guaporé e do Paraná-Jauru; a América espanhola e as Missões e, finalmente, os rios e vilas interiores do país. Análises de média, desvio-padrão, assimetria, curtose e outros indicadores estatísticos permitiram embasar as conclusões a respeito desse que é o mais importante documento cartográfico para a definição de nossas fronteiras, já que serviu como base para o Tratado de Madri.

Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século XVIII e primeira metade do XIX

Josarlete Magalhães Soares

josarlete@ibest.com.br - Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela EA/UFMG

A colonização da América Portuguesa foi permeada por diversas iniciativas de reconhecimento e de controle sobre sua ocupação territorial. Com a descoberta do ouro, a capitania de Minas Gerais passou a ser alvo privilegiado dessas iniciativas, merecendo inclusive maior atenção quanto ao mapeamento de suas terras. Desse modo, a produção cartográfica oficial sobre as Minas acabou refletindo o gradativo processo de apropriação de seu território e a lenta expansão do povoamento rumo às fronteiras da capitania. Com o objetivo de visualizar as características desse processo sobre o espaço, neste artigo procedemos à análise de alguns dos principais mapas produzidos pela iniciativa tanto da Coroa portuguesa quanto do governo mineiro ao longo do século XVIII e também durante a primeira metade do XIX. Privilegiamos aqueles documentos reconhecidos atualmente pela importância e originalidade no momento em que foram produzidos. Nosso recorte de investigação foi a porção sudeste de Minas Gerais, região hoje conhecida como Zona da Mata mineira. Durante a maior parte do século XVIII, a Coroa se esforçou em restringir o povoamento dessa área, numa tentativa de evitar o extravio dos impostos sobre o ouro e sobre a circulação de mercadorias. No entanto, nas primeiras décadas do século XIX, tais restrições, que já vinham se atenuando, foram completamente extintas e políticas oficiais passaram a estimular o aproveitamento econômico da região. De forma associada ao discurso historiográfico, a cartografia se mostrou um instrumento extremamente válido para a compreensão do processo de conquista do espaço natural a partir da implantação de uma série de assentamentos humanos característicos, embriões de futuros centros urbanos. A cartografia também possibilitou visualizar as linhas de força que impulsionaram a ocupação do território, explicitando o modo como os novos assentamentos humanos se articularam aos demais núcleos urbanos mineiros. A análise dos documentos de forma comparada forneceu, ainda, um panorama amplo sobre o processo de formação da rede de cidades que hoje constitui a Zona da Mata mineira.

Os oráculos da geografia iluminista: dom Luís da Cunha e D'Anville na construção da cartografia sobre o Brasil

Júnia Ferreira Furtado

juniaf@ufmg.br - Professora do Departamento de História da FAFICH/UFMG

O objetivo mais amplo dessa comunicação é discutir a colaboração estabelecida entre dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville para a produção da *Carte de l'Amérique méridionale*, da qual existem 3 variações: uma manuscrita datada de 1742 e duas impressas em 1748. A Carta de 1742 está na Mapoteca do Itamaraty e as de 1748 foram reproduzidas pelo Barão do Rio Branco no Atlas que acompanha a "Seconde Mémoire présentée par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse". Ver: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, vol.III, nota 5, p.787, e vol.IV, nota 5, p.908. Uma primeira dimensão a ser analisada será qual era a visão de dom Luís da Cunha acerca da geopolítica portuguesa que deveria ser formulada para a América ao longo da primeira metade do século XVIII, e como essa visão se refletiu na construção do mapa. Acentua-se que, para ele, o estabelecimento de uma política para a área era indissociável do aprofundamento do conhecimento geográfico da região. Uma outra dimensão será desvendar o próprio processo de produção e transformação do mapa em suas diferentes versões, esmiuçando as fontes utilizadas pelo cartógrafo (em grande parte fornecidas por dom Luís da Cunha) e inserindo o mapa dentro de um contexto mais amplo de construção do saber cartográfico sob feições iluministas. Uma terceira perspectiva será a análise das formas de recepção do mapa, pois à divulgação da carta de d'Anville segue-se intenso debate entre os *savants* europeus, especialmente sob a égide da Real Academia de Ciências de Paris, sob as verdadeiras feições da América Meridional. Isso ocorre pois, por essa época, a Coroa portuguesa, sob a batuta de Alexandre de Gusmão, encaminhava uma pujante produção cartográfica sobre o Brasil, consolidada no *Mapa das Cortes*, que propunha uma outra disposição para o continente americano, que em muitos aspectos conflitava com a *Carte de l'Amérique méridionale* de d'Anville. Por fim, pretende-se perceber as semelhanças e as diferenças das visões geopolíticas de Alexandre de Gusmão, grande articulador do Tratado de Madrid, e de dom Luís da Cunha, expressa no mapa de D'Anville, a partir da comparação entre o *Mapa das Cortes* e a *Carte de l'Amérique méridionale*.

Contribuições da Cartografia Histórica na Preservação Cultural – O caso do Mercado de Diamantina

Leandro Augusto Ferreira Campos

leandro.campos@cultura.gov.br - Consultor Técnico Programa Monumenta - MinC

A preservação do patrimônio cultural brasileiro, devido à trajetória do IPHAN, é fortemente marcada pelo critério da excepcionalidade, seja histórica, vinculada a fatos memoráveis, ou estética, privilegiando a arte barroca. Sylvio de Vasconcellos, em Vila Rica, já apontava a prevalência nos estudos da arquitetura monumental, religiosa e oficial. Mário de Andrade, em 1937, já alertava que para um trabalho proveitoso de preservação em São Paulo, o critério tinha que ser outro, exclusivamente histórico: “[...] há de se reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir”. Nosso artigo busca, a partir de um estudo de caso, o Mercado dos Tropeiros de Diamantina, erigido em 1835 e tombado individualmente pelo IPHAN em 1950, demonstrar como sua interpretação e preservação ateu-se aos aspectos relacionados à sua materialidade e sua imagem, em detrimento das informações históricas. Em um segundo momento, buscamos demonstrar como a Cartografia Histórica, aliada a fontes primárias do século XVIII e relatos e produção iconográfica de viajantes do século XIX, permitem ampliar o sentido deste patrimônio cultural, colocando-o em relação ao sistema de abastecimento das Minas setecentistas, à rede de caminhos e outras estruturas existentes, ou seja, ampliando seus vínculos temporais e territoriais. O artigo faz ainda considerações de como a integração dessas fontes pode tornar inteligível e enunciar o que está fragmentado aos olhos de quem vive a realidade do bem cultural destacado, ampliando os significados sociais a ele relacionados. Finalmente, apontando para o futuro, ressaltamos que a Cartografia Histórica permite o entendimento da expansão das vias sobre o território das Minas e as inúmeras indicações de estruturas de apoio ao sistema de abastecimento, conhecimento prévio necessário para uma proposta de definição de um recorte temático para preservação - a cultura material relacionada ao abastecimento das Minas no século XVIII e XIX.

A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal

Lenora de Castro Barbo

lenorabarbo@gmail.com - Arquiteta e urbanista, mestranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo -
FAU/UnB

Andrey Rosenthal Schlee

andreyrosenthal@gmail.com - Professor Adjunto e Diretor da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo FAU/UnB

O estudo tem por objetivo recuperar como era a ocupação do Planalto Central, nos atuais limites do Distrito Federal, nos sécs. XVIII e XIX. A grande distância que separa Goiás do litoral, assim como suas especificidades históricas, resultou no estabelecimento de uma rede de antigas estradas coloniais e no desenvolvimento, especialmente nas fazendas goianas, de um estilo de vida peculiar com a adoção de soluções para os problemas que lhes eram próprios. A redescoberta dos caminhos reais no Planalto Central permitirá uma série de ações voltadas para a proteção do seu patrimônio cultural e a reafirmação da sua importância histórica. O trabalho, inicialmente, consistiu em levantar o traçado do percurso de importantes vias de comunicação do Brasil colonial que passavam, há mais de duzentos anos, pelo Planalto Central. Na ausência de outra documentação e estudos sobre o tema, a pesquisa foi realizada com base na cartografia histórica – catorze mapas elaborados entre 1778 e 1895 – e a partir do relato de cronistas e viajantes, dos sécs. XVIII e XIX, que exploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia. O material cartográfico foi produzido por treze cronistas, sendo quatro do séc. XVIII e dez do séc. XIX: José da Costa Diogo (1734); Tosi Colombina (1751); José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1773); Luís da Cunha Menezes (1778); Johann Baptist Natterer (1818); Raimundo José da Cunha Matos (1823); Visconde de Taunay (1875); Virgílio Martins de Mello Franco (1876); Oscar Leal (1889); Luiz Cruls (1892-1896); Hastimphilo de Moura (1892); Antonio Martins de Azevedo Pimentel (1892-1894) e Henrique Morize (1892-1895).

A Planta da cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura?

Lucia Noemia Simoni

simoni.Lucia@gmail.com - Pesquisadora do grupo de pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – USP

O artigo analisa a “Planta Geral da Capital de São Paulo organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras, 1897”, publicada originalmente pela Câmara Municipal de São Paulo. A planta de 1897 é uma representação de um momento singular na história e captura, em um sentido que lhe é peculiar, o fluxo intenso de mudanças decorrentes de políticas que impulsionaram o processo imigratório, a abolição jurídica da escravidão, a proclamação da República e as reformas institucionais do novo regime que antecederam sua elaboração. A análise examina as potencialidades e limites de seu conteúdo para o conhecimento do processo de expansão urbana da cidade de São Paulo desde o final do século XIX até o início do século XX. No artigo, o arruamento que a planta representa é confrontada com as plantas datadas de 1890, 1905, e 1914, mediante a confecção de mapas complementares. Com base em fontes documentais, tais como, “Atas das Sessões da Câmara Municipal de São Paulo” e “Anais da Câmara Municipal de São Paulo”, recupera o que motivou a elaboração de uma nova planta e analisa o percurso dos trabalhos da Comissão Técnica incumbida de sua feitura, até sua publicação em 1898, acompanhando, nos anos seguintes, a gestão da Câmara no tocante à abertura de novas ruas na cidade. A questão central estudada é o caráter da representação da cidade em planta. Naquele momento, a primazia ao rigor técnico na elaboração cartográfica era o que conferiria a objetividade e funcionalidade, requeridas para o desempenho das funções administrativas, refletindo o ideal em voga de industrialização e modernização do país. Todavia, os intensos movimentos especulativos que em São Paulo incidiram predominantemente no mercado imobiliário, nela estamparam as conveniências e arbitrariedades de momento. Embora a planta de 1897 registre mais do que a cidade existente, parte significativa dos planos de futuros arruamentos ali representados podem ser considerados um esboço do que virá a ser a cidade nas próximas décadas, conforme indica a cartografia urbana posterior. Não sendo a representação da cidade existente em 1897, nem um plano urbanístico, propomos que seja considerada uma carta de compromisso entre proprietários de terras e que persistiu mesmo diante de adversidades ambientais e urbanísticas para a implantação das ruas.

Hic sunt dracones: “aqui há dragões” – cartografia antiga e os medos do Ocidente

Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho

lucius.rp@bol.com.br - Pós-graduando em Jornalismo Científico no Labjor/Unicamp

O presente trabalho visa analisar a representação mitológica dos territórios alheios à Europa nos antigos mapas medievais, bem como a prática de atribuir monstruosidades às áreas distantes e misteriosas. *Hic sunt dracones*, ou “aqui há dragões”, é uma expressão que sintetiza de maneira satisfatória o tema proposto, tanto por retratar o medo do desconhecido quanto por denotar a noção de perigo e de território inexplorado, sinônimos no tempo de sua formulação. Forjada por cartógrafos ingleses, a frase aparece apenas no *Lenox Globe*, datado do início do século dezesseis, em que é situada na costa leste da Ásia, nos limites do mundo conhecido. Deriva, possivelmente, de *Hic svnt leones* (“aqui há leões”), frase empregada por sábios da Roma antiga e do período feudal em seus mapas, quando estes se referiam aos territórios ainda inexplorados. Muitas das cartas geográficas providas do curioso aspecto, ou seja, aquelas que contêm “dragões”, são consideravelmente mais antigas do que o globo terrestre *Lenox*. Pode-se dizer que certos mapas exibem serpentes ao sul da África, costume que advém dos autores clássicos romanos. Além disso, alguns outros trazem os assustadores répteis alados, de múltipla simbologia, dividindo o espaço com um sem número de criaturas bestiais que habitavam as terras místicas do imaginário medieval. No século treze, Marco Pólo realizou diversas viagens ao Oriente, expedições de importância fundamental no que se refere ao desenvolvimento da cartografia europeia. E até mesmo nos relatos do explorador veneziano a narrativa mitológica está presente, tomando forma através das menções de seres com cabeça de cão. Em suma, os mapas do medievo trazem em si a representação de serpentes marinhas, basiliscos, pigmeus, canibais e gigantes com chifres, e atribuem monstros ao mar do norte. Junto das criaturas lendárias, surgem no interior dessa “cartografia mítica” hipopótamos, escorpiões, elefantes, leões e morsas, enfim, seres não-mitológicos que na época foram elevados à esfera do fantástico.

Portulanos, presente de reis

Magali Gomes Nogueira

ligama@ig.com.br - Mestrado – Departamento Geografia, FFLCH – USP

O presente artigo tem por objetivo uma reflexão sobre a produção de portulanos, realizada, principalmente, em Majorca, ilha entreposto do comércio estabelecido através do Mar Mediterrâneo entre cidades produtoras do Oriente e as cidades consumidoras do Ocidente. O artigo procura entender materiais e características técnicas desta produção assim como a origem do conhecimento neles representado. Esse momento, o da produção de portulanos, é o momento em que a produção cartográfica passa por uma mudança bastante significativa de enfoque abandonando, ainda que lentamente, a antiga forma OT, com função ideológica bem definida e assumindo a tendência mercantil, que começava a dominar os interesses das elites ibéricas. O presente artigo destaca o conhecimento, técnicas e materiais representados no Atlas Catalão: tábuas astronômicas, calendários, utilização de bússolas e rosa dos ventos, localização de lugares distantes, assim como pergaminho e sua técnica de iluminura para efetivar a ilustração e confecção dos mapas que compõem o mapa-múndi em que ele se transforma ao ser visto de forma aberta – procurando relacioná-los com seus possíveis produtores, detectando suas fontes e formas de transmissão até sua materialização na conhecida escola maiorquina de cartografia, fato questionado por alguns autores.

O Património Urbano dos Países de Língua Portuguesa. Raízes e Manifestações de um Património Comum

Manuel C. Teixeira

manuelteixeira@fa.utl.pt - Prof. Catedrático da Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa

A língua portuguesa é hoje o elo de união de uma vasta comunidade de mais de 200 milhões de pessoas, que une países e regiões na Europa, nas Américas, em África, na Índia e no Extremo Oriente. Esta comunidade cultural, que se tem vindo a desenvolver ao longo de séculos em múltiplos processos de troca e de simbiose, tem como uma das suas expressões mais visíveis um vasto património urbano, que é uma vigorosa expressão de multiculturalidade que importa conhecer, preservar e divulgar. O estudo deste património construído, nas suas múltiplas manifestações, é condição necessária para a sua preservação e reabilitação bem como para o planeamento e o desenho da cidade contemporânea. A cartografia e a iconografia histórica é uma fonte de informação primária fundamental para entender as características morfológicas, as invariantes de forma e a permanência de processos, bem como as diferentes manifestações locais que se observa no urbanismo de origem portuguesa. Estes são objectivos de um projecto de investigação em curso que reúne investigadores de Portugal, do Brasil e de Angola, e que visa a construção de um Atlas do Património Urbano Português no Mundo, a disponibilizar na Internet. A comunicação debruça-se sobre um conjunto de núcleos urbanos de origem portuguesa construídos em diferentes períodos históricos e diferentes contextos geográficos, ilustrando esta identidade de processos e de formas. São características analisadas em detalhe nos casos de estudo seleccionados, tendo por base cartografia urbana histórica, a escolha de localização e as estratégias de adaptação ao sítio, os elementos estruturantes e as hierarquias presentes nos traçados, a relação entre a arquitectura e o plano urbano, e os processos de concepção e de construção da cidade.

O Atlas de João Teixeira e as Fortificações de Defesa da Baía de Guanabara no Século XVII

Marcello José Gomes Loureiro

loureiro@dphdm.mar.mil.br - Primeiro-Tenente da Marinha do Brasil, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ) e editor da “Revista *Navigator*: Subsídios para a História Marítima do Brasil”

Em um contexto de Antigo Regime, em que a segunda escolástica conformava as ações sociais, João Teixeira produziu diversas cartas representando as fortificações da Baía de Guanabara. Nelas, o cartógrafo alertava para o potencial defensivo da Guanabara, além da sua capacidade de permitir a operacionalização de diversas embarcações simultaneamente. Tais representações cartográficas são, sem paradoxo, excelente fonte de pesquisa: por exemplo, graças ao Atlas do Estado do Brasil, de 1631, sabe-se que os portugueses não utilizavam a ilha de Villegagnon como fortim nessa época. De acordo com o mesmo Atlas, haviam sido instaladas outras fortalezas, como a de São Martinho, acima de São João, e a de Santa Margarida, na ilha das Cobras (refeita posteriormente por Salvador Correia de Sá e Benevides em 1637), bem como diversas baterias menores estavam espalhadas pela cidade. João Teixeira chamava a atenção, em acréscimo, para a ampla possibilidade de construção naval, em face da abundância de madeira no Rio de Janeiro. A idéia de uma auto-suficiência da cidade, que nas próprias palavras do cartógrafo não precisava “*esperar nada da Europa*”, sugere também suas relações comerciais com outras cidades da América portuguesa, com Angola, na África, e até com Buenos Aires, na boca do Rio da Prata. O fato é que João Teixeira não desconhecia a importância axial das vinculações mercantis mantidas entre a elite portenha e a fluminense, facilitadas na época em grande medida pela União Ibérica (1580-1640). Tanto que nas suas representações de 1630, 1637, 1640 e 1642 inseria o vale platino nas demarcações portuguesas, explicitando, desta forma, a pretensão lusa de direito sobre algumas áreas pertencentes ao Império de Castela, notadamente na margem esquerda do rio da Prata. Assim, esta comunicação pretende, a partir das cartas de João Teixeira, discutir a formação do sistema de defesa da Baía de Guanabara, bem como destacar os nexos de sua obra com as relações comerciais experimentadas pelo Rio de Janeiro durante o século XVII.

**A capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda:
informações fidedignas?**

Márcia Maria Duarte dos Santos

mdsantos@yahoo.com.br - Pesquisadora do Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais

Jorge Pimentel Cintra

jpcintra@usp.br - Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo/USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Antônio Gilberto Costa

ag.costa@uol.com.br - Coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG e Professor do Departamento de Geologia do IGC/UFMG

Apresenta-se o estudo da “Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais”, realizada em 1804, pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEX, RJ, Brasil), e notas biográficas sobre seu autor, Caetano Luiz de Miranda, natural do Arraial do Tijuco (Diamantina, sede municipal) e funcionário da Intendência dos Diamantes, da Demarcação Diamantina. Seus objetivos compreenderam a identificação, análise e interpretação das informações registradas na “Carta Geográfica”, por meio de notas explicativas e dos signos cartográficos, e, o estabelecimento de um juízo do valor do mapa como fonte primária de informação, considerando a atualização e a fidedignidade dos dados da representação, relativamente à época de sua realização. A par da consecução dos objetivos citados, o estudo revela-se promissor em relação ao inventário de dados realizado que pode ser usado por comparação com o de outras fontes cartográficas, relativas ao mesmo território. Esse inventário é valioso, dada a época da realização da cartografia, pois, no período, já estavam em curso importantes mudanças, desencadeadas pela diminuição significativa da produção de ouro e de diamantes na Capitania, referentes às dinâmicas demográficas e de produção do seu espaço.

Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais

Márcia Maria Duarte dos Santos

mdsantos@yahoo.com.br – Pesquisadora do Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

cadidaseabra@gmail.com – Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

O estudo da Toponímia, como parte integrante da lingüística, envolve, principalmente, o reconhecimento dos estratos dialetais que estruturam, no território, a forma de expressão vocabular. A partir desse reconhecimento etnolingüístico, estudam-se os padrões motivadores dos registros onomásticos, enquanto se destaca a relação língua e cultura. Tal enfoque se torna possível porque o topônimo não exerce apenas um papel signico, ele também identifica, sugere pistas, indica caminhos interpretativos, evidencia comportamentos extintos, resgata memórias de um povo, de uma cultura. Segundo essa perspectiva, o “Mapa da Capitania de Minas Gerais com as Devisas de suas Comarcas” e a “Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais” são considerados fontes primárias de informação e memórias históricas de um patrimônio lingüístico de particular interesse para os estudos dos topônimos mineiros. Esses mapas, elaborados, respectivamente, em 1778 e 1804, estão entre os mais antigos documentos do acervo cartográfico do território de Minas Gerais, sob a guarda de instituições arquivísticas e museológicas, no Brasil e no exterior. Seus autores, José Joaquim da Rocha e Caetano Luiz de Miranda, de origens e ocupações diferentes, tornaram-se reputados como cartógrafos. Desses mapas, objetos de estudo deste trabalho, os topônimos estudados compreendem os referentes às vilas, aos arraiais, aos quartéis ou às patrulhas de soldados, aos registros e às aldeias de gentio, circunscritos à Comarca do Serro Frio, representada, atualmente, por municípios que compõem, principalmente, as mesorregiões geográficas mineiras Jequitinhonha, Norte de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte. Como documentação complementar dos dados inventariados, recorreu-se à historiografia local, aos documentos que a própria comunidade produziu para elucidar ou contribuir para amenizar a ambigüidade semântica de certos registros, aumentada pela distância dos pesquisadores do fato onomástico, do desconhecimento em pormenor da região e do afastamento cronológico da produção toponímica. Os resultados, alcançados com a análise sincrônica e diacrônica dos dados estudados, são apresentados, entre outros meios, pelo mapeamento dos núcleos de assentamento humano identificados, segundo as camadas dialetais presentes na língua padrão, orientado pelo “método das áreas” ou dialetológico, e por quadros que evidenciam a distribuição toponímica em categorias taxionômicas referentes aos principais padrões motivadores dos topônimos brasileiros.

Como os mapas revelam um capítulo da história urbana: os primeiros núcleos coloniais do Nordeste Brasileiro na cartografia quinhentista e seiscentista

Maria Angélica da Silva

mas@pq.cnpq.br - Professora do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas

Roseline Oliveira

roselineoliveira@gmail.com - Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas

Quando a colônia vai se espacializando no sítio, ela carrega elementos inerentes ao local, mas também uma série de pressupostos que precedem sua construção. No sentido de entender esta correlação de forças e analisar as migrações dos possíveis modelos portugueses para a colônia na América, o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, aqui representado por suas coordenadoras, realiza há dez anos uma investigação que pergunta acerca do desenho das primeiras vilas e cidades do Brasil Colonial, correspondendo a ocupações urbanas situadas nas antigas capitanias da Paraíba, Pernambuco e Bahia. Este estudo baseia-se especialmente nos vários conjuntos de cartas produzidos pela família Albernaz, mas também no material visual produzido pelos holandeses durante sua permanência no nordeste brasileiro. O material foi colhido em arquivos no Brasil, em Portugal e Holanda. Esta base cartográfica é contraposta a imagens atuais dos núcleos coloniais remanescentes. Com o apoio das tecnologias digitais, são estudadas no sentido de observar as demandas de instalação destes núcleos revelados pelos detalhes iconográficos, analisando seus pontos de tangência, mas também de dessemelhança. Pretende-se apresentar os resultados mais consistentes obtidos até o momento, buscando interpretar o que estas fontes apresentam e as análises comparativas que permitiram esboçar hipóteses acerca dos princípios geradores da instalação daqueles núcleos urbanos, dispostos no território no formato de uma rede, que garantia, pelos sombreamentos de influência de um núcleo sobre o outro, as estratégias de defesa de um território ainda pouco ocupado.

O mapa da “Viagem Filosófica”: um estudo iconográfico de sua cartela

Maria de Fátima Gomes Costa

mfcosta@ufmt.br - Professora adjunta do Depto. de História da UFMT

Entre os anos de 1783 e 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira capitaneou a “Viagem Filosófica” que o governo lusitano enviou à sua colônia sul-americana. Durante quase dez anos, Ferreira e seus companheiros coletaram elementos da fauna, da flora e do reino mineral, além de objetos de cultura material das sociedades indígenas com as quais mantiveram contato, notadamente nas regiões hoje denominadas de Amazônia e Pantanal. Além disso, legaram um riquíssimo acervo iconográfico. Nesta comunicação, entretanto, se dará atenção ao mapa que os integrantes da “Viagem Filosófica” elaboraram no seu retorno a Lisboa, denominado *Carta Geographica dos Rios das Amazonas e Solimões, Negro, e Branco, Rios da Madeira, Mamoré e Guaporé, Jauru e Paraguay* [...]. Trata-se de um importante documento cartográfico, principalmente no que diz respeito às bacias hidrográficas; nele se mostra, com luxo de detalhes, a complexa rede fluvial do interior do Brasil, e se constitui num documento essencial para a compreensão dos interesses coloniais que gestaram o projeto desta empresa naturalista. Busca-se, pois, apresentar um estudo deste mapa à luz das fontes escritas e, principalmente, dos registros visuais que compõem o acervo da expedição lusitana, dando especial ênfase aos elementos gráficos que molduram a cartela, analisando a linguagem visual utilizada nesta composição, a partir dos argumentos próprios da iconografia.

O mapeamento cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial

Maria do Carmo Andrade Gomes

mcagomes@yahoo.com.br - Diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Pretende-se divulgar alguns resultados do projeto de pesquisa realizado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, com apoio da Fapemig, entre dezembro de 2008 e março de 2009. Procedeu-se ao levantamento, descrição arquivística e estudo histórico do conjunto cartográfico produzido pela Comissão Construtora da Nova Capital, responsável pela construção da cidade de Belo Horizonte, em fins do século XIX. Boa parte da produção cartográfica da Comissão Construtora foi dirigida para o levantamento cadastral do arraial do Curral del-Rei, povoação de origem colonial que foi inteiramente demolida para a construção da nova cidade. Foram então produzidas diversas plantas do arraial, além de mais de 400 plantas de desapropriação das propriedades existentes, entre lotes e edificações urbanas, fábricas e fazendas. O APCBH conserva a série de 274 plantas remanescentes desse conjunto documental, plantas de pequena escala que representavam em detalhe as propriedades urbanas e rurais em processo de desapropriação pelo governo. Trata-se de uma cartografia de natureza jurídica, elaborada para registro e avaliação do bem imobiliário em transação, do domínio do privado para o público. Em seu detalhamento e compromisso com a fidedignidade da representação, essas plantas terminam por constituir um rigoroso inventário das moradias e fazendas do extinto arraial, com suas plantas baixas, suas benfeitorias, suas formas de inserção nos terrenos e outros aspectos reveladores. Em que pese à expressividade da rede urbana da Capitania de Minas, a paisagem urbana mineira foi pouco documentada no que toca a sua representação cartográfica, a despeito dos muitos relatos textuais, descrições corográficas e registros iconográficos. Neste contexto, o mapeamento cadastral do arraial do Curral del-Rei, realizado no exato momento de seu desaparecimento, pode ser entendido como uma arqueologia de um regime de terra e de uma forma de organização urbana de há muito estabelecidas em terras mineiras e que restavam em lentas mudanças até serem colhidas pela modernidade.

**Projeto Resgate Barão do Rio Branco: Inventário da Cartografia Manuscrita do Arquivo Histórico
Ultramarino**

Maria Dulce de Faria

mariadulcedefaria@gmail.com - Técnico em Documentação III da Fundação Biblioteca Nacional – Divisão de
Cartografia

Esther Bertoletti

estherbertoletti@hotmail.com - Projeto Resgate – Ministério da Cultura do Brasil

O Projeto Resgate Barão do Rio Branco, com o objetivo de inventariar a documentação manuscrita sobre o Brasil Colonial, realizou o Inventário da Cartografia Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino em 2006. O AHU possui um acervo cartográfico de valor significativo para a história brasileira. Dentre os assuntos pertinentes a esta documentação destacam-se as demarcações de fronteiras, o levantamento territorial da Região Sul, a delimitação das regiões de riquezas minerais e planejamento para a defesa do litoral brasileiro. Além dessa documentação cartográfica, a instituição conta com uma coleção iconográfica, composta em sua maior parte por plantas de fortificações. Esse projeto proporcionou o “resgate” do acervo cartográfico do AHU, através da sua restauração, digitalização, catalogação e indexação. O presente trabalho versará sobre o desenvolvimento desse inventário.

O atlas factício de Barbosa Machado

Maria Dulce de Faria

mariadulcedefaria@gmail.com - Técnico em Documentação III da Fundação Biblioteca Nacional – Divisão de Cartografia

A Cartografia da Biblioteca Nacional possui um atlas factício intitulado *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas*, do bibliófilo e abade Diogo Barbosa Machado. Este volume cartográfico pertenceu à biblioteca particular do abade, que foi doada, após a sua morte, à *Real Bibliotheca*, de D. José I, para substituir a antiga Real Livraria, destruída pelo terremoto, em Lisboa, em 1755. O volume é composto de mapas, plantas, planos e vistas, sendo a maior parte destes documentos gravados em metal. O assunto se refere ao processo expansionista português nos tempos coloniais, abrangendo, geograficamente, além de Portugal, os domínios lusos, na América, África, Ásia, entre os séculos XVI e XVIII. Conta com 183 documentos dispostos em 137 folhas, muitos destes retirados de obras publicadas, como o *Itinerarium* de Linschoten, *Civitates orbis terrarum* de Georg Braun e Frans Hogenbergh, *Istoria delle guerre del regno del Brasile* do Frei Santa Teresa. Contém, também, uma documentação manuscrita como o “Atlas do Brasil” de João Teixeira Albernaz II, plantas de algumas cidades de Portugal e um conjunto de dez cartas das Ilhas de Açores e Madeira. A coleção cartográfica factícia de Diogo Barbosa Machado passou por um processo técnico de inventário, higienização, restauração, identificação, análise (através de pesquisa), catalogação, indexação, digitalização, inserção dos registros catalográficos (na base de Cartografia) e digitais (na base Digital da Biblioteca Nacional), e, por fim, foi disponibilizada na Internet, através do site www.bn.br. Este processo foi concluído agora, com vistas para a publicação do *Catálogo de Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas*, em 2010, ano em que a Biblioteca Nacional completará 200 anos, com a transferência da Real Biblioteca para o Brasil.

Cartografia na Europa do Século XIX: Técnicas e Instrumentos dos Processos Fotomecânicos

Maria Estela Vera Jardim

mejardim@fc.ul.pt – Professora do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da
Universidade de Lisboa

I.M. Peres

mariliaperes@ciberprof.com – Professora do Centro de Ciências Moleculares e Materiais da Universidade de
Lisboa

F. M. Costa

facosta@fc.ul.pt – Professora do Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da
Universidade de Lisboa

É principalmente a partir dos trabalhos de Alphonse Poitevin (1819-1882) nos anos 1860 sobre as propriedades de sensibilização fotográfica da gelatina bicromatada que se desenvolvem os processos fotomecânicos, métodos de impressão das provas fotográficas por combinação de fotografia e gravura. A utilização destes processos como a heliogravura, fotolitografia, fotozincografia, fototipia e fototipogravura, entre outros, a partir de 1860 e durante mais de um século, permitiu a impressão de mapas com maior precisão, facilidade e economia de meios. A introdução da cor nos mapas com recurso ao processo fotomecânico no século XIX determinou mudanças fundamentais na sua própria concepção. Câmaras fotográficas e outros instrumentos especialmente concebidos pelos fabricantes europeus para os processos fotomecânicos foram sendo utilizados em vários Institutos Geográficos Europeus. Neste trabalho serão apresentados os fundamentos físico-químicos inerentes a alguns dos mais importantes processos fotomecânicos utilizados em cartografia do século XIX, nomeadamente nos processos a cor desenvolvidos por Charles Eckstein na Holanda e José Julio Rodrigues (1843-1893) em Portugal e a sua relação com o processo de fotocolorgrafia (tricromia) desenvolvido em França por Ducos du Hauron (1837-1920). Será também apresentado o estudo de alguns instrumentos ópticos, fotográficos e de impressão especialmente concebido para a cartografia do século XIX.

Os trabalhos cartográficos do Barão de Eschwege

Maria Márcia Magela Machado

mmarciamm@ufmg.br - Professora Adjunta do Departamento de Cartografia, Instituto de Geociências da UFMG

Friedrich E. Renger

frenger@terra.com.br - Professor Associado do Departamento de Geologia, Instituto de Geociências da UFMG

O Barão Wilhelm von Eschwege (1777-1855) chegou ao Brasil em 1810, a convite de D. João VI, inicialmente para trabalhar na nascente indústria siderúrgica e reanimar a decadente mineração de ouro. No entanto, sua rica formação intelectual, que incluía conhecimentos nas áreas de recursos naturais, metalurgia, estatística, administração pública e ainda cartografia, lhe permitiu desempenhar outras funções a serviço da Coroa portuguesa nos 11 anos que aqui residiu. Ficou famoso sobretudo por seus trabalhos no campo da geologia nas Capitanias de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre esses se destacam o estabelecimento, em 1822, da primeira coluna estratigráfica, a criação o termo “itabirito” e a produção dos primeiros mapas e perfis geológicos de terrenos brasileiros, os quais evidenciam sua competência tanto no levantamento da configuração do terreno em campo como na sua representação cartográfica. Esta proficiência rendeu a Eschwege, em 1816, a incumbência de determinar os novos limites entre as Capitanias de Goiás e Minas, por ocasião do desmembramento do atual triângulo mineiro da primeira e incorporação ao território da segunda. Em suas viagens costumava levar um barômetro para determinação de altitudes, tendo deixado algumas dezenas de referências altimétricas de Minas Gerais e regiões adjacentes. Seu interesse pela cartografia também está registrada em seu livro “Brasil, novo mundo”, de 1824, onde foram publicadas, pela primeira vez, as tabuadas de latitudes dos Padres Matemáticos junto com coordenadas determinadas pelas comissões de demarcação dos limites do Brasil com a América espanhola. Entre suas obras cartográficas, a mais importante é seu “*Nova Mappa da Capitania de Minas Geraes*”, incluindo Rio de Janeiro e parte de São Paulo, na escala ca. 1:1.000.000, concluído em 1821. O mapa está orientado pelo meridiano do Rio de Janeiro; uma reprodução parcial dele encontra-se no seu livro *Pluto brasiliensis* de 1833. Posteriormente, Eschwege entregou o novo mapa de Minas Gerais a Carl von Martius que acrescentou partes da Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco e publicou o Mapa do Brasil oriental, na escala 1:2.000.000, em 1831, orientado ao meridiano de Paris. Uma segunda edição de 1834 acompanha a atlas de sua Viagem ao Brasil.

As plantas 'De Guimarães' e 'De Vila do Conde', da Biblioteca Nacional do Brasil

Mário Gonçalves Fernandes

mgfernan@letras.up.pt - Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Geografia

No âmbito das fontes para o estudo das aglomerações urbanas, os documentos cartográficos apresentam-se como elementos incontornáveis, tornando-se o seu conhecimento um aspecto essencial para a compreensão da morfogénese urbana. Neste pressuposto, importa continuamente aprofundar os contributos para a história da cartografia urbana portuguesa, o que passa quer pelo estudo de acervos de arquivos, quer pela análise sistematizada dos documentos cartográficos relativos a cada urbe. Nesta comunicação visa-se contribuir para esse esforço, divulgando e analisando dois documentos cartográficos existentes na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, para onde viajaram no espólio da corte portuguesa na primeira década de Oitocentos, fazendo parte dos *Mapas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado*, que faleceu em 1773. Da planta 'De Vila do Conde' já existia notícia em Portugal, enquanto a 'De Guimarães' foi apresentada por Maria Dulce de Faria, bibliotecária daquela instituição, na *21st International Conference on the History of Cartography* (Budapeste, 2005), tendo sido, entretanto, por mim estudada e divulgada no IV Congresso Histórico de Guimarães (2007). Ambas as plantas representam as povoações na perspectiva ortogonal e com grande pormenor. Apesar de não se encontrarem datadas, existem indícios seguros de se tratar de exemplares Quinhentistas, constituindo, também por isto, documentos fulcrais para a história da cartografia urbana portuguesa e, naturalmente, para a renovação dos estudos sobre as urbes cartografadas.

Emília Snethlage e o silêncio dos mapas: a travessia Xingú-Tapajós (1909)

Miriam Elvira Junghans

miriamjung@gmail.com - Mestranda do Programa de Pós-Graduação de História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Os rios sempre foram as vias de acesso preferenciais para a exploração e posterior ocupação do território brasileiro, o espaço entre eles permanecendo, muitas vezes, *terra incógnita*. No início do século XX, muitas regiões do país ainda não haviam sido percorridas por nenhum branco. Era nessas regiões que, no dizer de Emília Snethlage (1868-1929), imperava “o silêncio dos mapas”. Essa zoóloga alemã, que trabalhava então no Museu Emílio Goeldi, em Belém do Pará, percorreu, em 1909, o interflúvio dos rios Xingú e Tapajós, território até então não mapeado. Antes dela dois europeus, o alemão Karl von den Steinen (1855-1929) e o francês Henri Coudreau (1859-1899), haviam explorado o curso médio desses rios, sem, no entanto, avançar para o interior. O Xingú fora percorrido, em parte, por Steinen, em 1884 e Coudreau explorou o Tapajós em 1895-96 e o Xingú em 1896. Este último havia levantado a hipótese de uma comunicação hidrográfica entre esses afluentes do Amazonas. Em sua viagem de quase cinco meses, Snethlage percorreu a pé, acompanhada por sete guias índios, o território entre o Curuá, afluente do Xingú, e o Jamanxim, afluente do Tapajós. Dessa viagem resultaram importantes informações científicas sobre a região. Pela primeira vez foi notificada a ocorrência de elevações graníticas, de mais ou menos 500m, na região do interflúvio desses rios. E foi constatada a inexistência da ligação hidrográfica sugerida por Coudreau. A rota percorrida por Snethlage deu origem a um mapa publicado em 1912, na Alemanha, e as modificações que trouxe foram incorporadas ao prestigioso Stieler Handatlas. Este trabalho pretende analisar algumas das condições sociais, científicas e institucionais que permitiram a realização dessa viagem e as modificações dela resultantes para a cartografia da região.

A comissão de limites Brasil-Bolívia (1901): Luiz Cruls e o rio Javary

Moema de Rezende Vergara

moema@mast.br - Pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciência Afins/ MAST/MCT

Em 1901, o Governo Republicano dá instruções a Luiz Cruls, então diretor do Observatório Nacional, de subir o rio Javary até sua nascente e determinar sua posição geográfica. Estas coordenadas servirão de base para o Tratado de Petrópolis, que originará o estado do Acre. Na história da diplomacia brasileira este fato é visto como mais um episódio, que teve o Barão do Rio Branco à frente, de uma política de limites herdada do Império, ou seja, preservar o território brasileiro tido como um legado colonial. Contudo, a historiografia, muitas vezes omite o caráter científico desta política, que precisou do conhecimento de geodésia dos membros do Observatório Nacional. Luiz Cruls, quando vai à Amazônia, já tinha em seu currículo a viagem de exploração ao Planalto Central, cujo objetivo era demarcar o local da futura capital federal (1892). Contudo, sua ida ao Amazonas é cercada de vicissitudes, inclusive do ponto de vista pessoal, Cruls fica doente e nunca mais recupera sua saúde. Apesar de todos os problemas, ele consegue estabelecer as coordenadas geográficas. Cabe a ressalva de que esta é a 3ª comissão, e produz além do relatório para o Ministério das Relações Exteriores, um pequeno ensaio sobre a climatologia da Amazônia. Cruls tinha plena consciência da importância daquela região para a geopolítica brasileira: ele cita a doutrina Monroe e afirma que se a América é dos Americanos, a Amazônia deve pertencer ao Brasil. Talvez não por acaso aconselhe o seu aluno da Escola Militar, Euclides da Cunha a ir ao Amazonas, este último chefiará a comissão de reconhecimento do rio Alto-Purus em 1904.

O objetivo desta comunicação é dar visibilidade a esta expedição e analisar sua repercussão na imprensa da época.

Coleção Digital: história da cidade de Itabirito e acesso à informação na web

Myriam Bahia Lopes

bahialopesmyriam@mac.com - Professora da Escola de Arquitetura da UFMG e Coordenadora do Núcleo de História da Ciência e da Técnica (NEHCIT)

Valesca Brandão Cerqueira Coimbra

Escola de Arquitetura da UFMG

Luiz Alberto Sales Vieira

MACPS - UFMG

Kleverson Teodoro Lima

A montagem da Coleção digital de Itabirito (<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito>) foi financiada em sua primeira fase pela FAPEMIG e em sua segunda fase por meio do projeto “Itabirito: nomes e lugares em rede” pelo FEC, tendo sido fruto de parceria realizada entre a Escola de Arquitetura da UFMG e a Prefeitura Municipal de Itabirito. Nele buscamos associar os documentos históricos textuais manuscritos oriundos de fundos cartoriais à representação gráfica da região de Itabirito. A indexação dos documentos históricos sejam eles textuais ou iconográficos, mapas e fotografias, a construção de um grande banco de dados e a interface gráfica do banco com o site permitiu reunir em um mesmo local na web, de um lado um conjunto de imagens digitais de mapas antigos e de outro uma série de mapas elaborados no projeto por meio dos quais o usuário visualiza a transformação do espaço ao longo de três séculos de história da região. Ao ligar informações extraídas de diferentes documentos e formar quadros como o da árvore genealógica ou o mapa da evolução urbana, o site promove a leitura e a compreensão da informação contida nos documentos. Os instrumentos de pesquisa criados para a coleção, motor de busca, mapa dinâmico e árvore genealógica potencializam o uso da informação e permitem que ela seja usada para produzir novas grelhas de leitura da cidade. Assim estudantes, moradores, pesquisadores e planejadores podem visualizar na tela as mudanças ocorridas na região de Itabirito reavaliando as diversas possibilidades de ocupação do território, a ação antrópica na paisagem, e a partir de um recorte comparatista no tempo, colocar em perspectiva os pontos de vista e a percepção da cidade.

O Império nas *Lettres edifiantes et curieuses*

Newton da Rocha Xavier

newtonrx@gmail.com - Mestrando em História Social da FFLCH/USP

O trabalho missionário da Companhia de Jesus possibilitou o desenvolvimento de inúmeras atividades científicas que contribuíram para a circulação de informações da América tidas como relevantes na Europa. Esses empreendimentos jesuíticos foram largamente divulgados, entre outras formas, por narrativas presentes nas publicações de suas Cartas edificantes e curiosas, no século XVIII. A cartografia, uma das atividades auxiliares para o trabalho maior da Ordem - a evangelização - foi fundamental para essa apreensão do Novo Mundo via trabalho inaciano. E através da análise da elaboração desses mapas, podemos perceber algo latente, que se faz presente em textos e mapas: a oposição entre jesuítas de Espanha e Portugal, que em última análise, são sinais da tensão entre dois impérios que tencionam estabelecer seu poder nas terras do Novo Mundo.

A mineração e o processo de estruturação do espaço urbano nas Américas Espanhola e Portuguesa: um estudo comparativo entre as cidades de Huancavelica (Peru) e Potosí (Bolívia) e Ouro Preto, Mariana e Diamantina (Brasil)

Rafael Sumozas García-Pardo

rafaelsumozas@hotmail.com - Bolsista Recém-Doutor no Departamento de História/ FAFICH//UFMG

Fernanda Borges de Moraes

fbmoraes@ufmg.br - Professora Adjunta II do departamento de Urbanismo/ Escola de Arquitetura/UFMG

A descoberta de metais e pedras preciosas implicou, no processo de colonização do Novo Mundo, transformações rápidas e expressivas em seu território, condicionando a estrutura e a arquitetura dos assentamentos urbanos a ela associados, bem como a rede urbana que os articulava. Tanto especificidades locais quanto o grau de conhecimento, domínio e investimento em técnicas de mineração e metalurgia das coroas espanhola e portuguesa influenciaram a condução dos processos e estratégias de ocupação adotados, resultando em morfologias urbanas distintas, mas que apresentam também elementos estruturantes comuns. Na América Espanhola, Huancavelica (Peru) e Potosí (Bolívia) são exemplos de como significativos investimentos técnico-científicos empreendidos pela Coroa Espanhola possibilitaram a exploração mineral (predominantemente em betas) nas difíceis condições impostas pelo clima, relevo e altitude, resultando em estruturas urbanas, mineradoras e metalúrgicas expressivamente articuladas, implantadas num tecido urbano de geometria ortogonal. Já na América Portuguesa – tomando como exemplo os núcleos mineradores de Vila Rica (Ouro Preto), Mariana e o Arraial do Tijuco (Diamantina), a predominância da mineração em aluviões requeria técnicas menos sofisticadas de exploração, fazendo com que os investimentos nesse campo fossem mínimos, resultando em tecidos urbanos mais orgânicos articulando uma densa rede urbana. Cabe ressaltar, em ambos os contextos, que a atividade mineradora repercutiu na edificação de obras civis e religiosas de grande importância. Tais contextos constituem, considerando o século XVIII como recorte temporal adotado, um panorama que permite elaborar uma análise comparativa entre os núcleos urbanos das Américas Espanhola e Portuguesa e verificar, entre outros aspectos, como efetivamente as atividades de mineração/metalurgia se expressaram nos distintos níveis de organização urbana e de desenvolvimento da arte e da arquitetura. Nesta análise, registros cartográficos e iconográficos coevos e atuais possibilitaram, cotejados ainda com outras fontes documentais, a reconstituição, partindo de estudos de morfologia, do tecido urbano desses núcleos em seu processo de ocupação do solo e das formas pelas quais as estruturas e dinâmicas das atividades mineradoras os condicionaram.

O primeiro mapa geológico de Minas Gerais: Octavio Barbosa e Djalma Guimarães, 1934

Roberto Luciano Leste Murta

rlmurta@uol.com.br - Pesquisador Autônomo

O principal escopo deste trabalho não se resume apenas em fornecer alguns dados sobre uma carta geológica organizada e divulgada em 1934, mas analisar a sua importância na época e, ainda, o estímulo fornecido a pesquisadores e empresas que precisavam, não só ampliar os dados das regiões mapeadas, bem como buscar outros recursos naturais existentes nas mesmas. Em 1934 estes dois renomados geólogos publicaram aquele que é considerado o primeiro mapa geológico de Minas Gerais, um Estado com 586.000 km², situado na região sudeste do Brasil, onde ocupa 65%. Este esforço na área da cartografia representou a síntese de dados obtidos em trabalhos, publicados ou inéditos, por aproximadamente, vinte pesquisadores. Barbosa e Guimarães, nesta época, já eram conhecidos por seus trabalhos publicados e experiência em projetos ligados à geologia regional mineira e de outras áreas do Brasil, bem como a pesquisa de diversos bens minerais e seu aproveitamento. Neste sentido, Guimarães já havia publicado, por exemplo, em 1931 a “Contribuição à Geologia do Estado de Minas Gerais”, quando estudou a gênese e as ocorrências de diamante em muitas áreas do Estado. Por sua vez, Barbosa publicou em 1934, após numerosos trabalhos de campo e laboratório, com a colaboração de Guimarães, o “Resumo da Geologia do Estado de Minas Gerais”, do qual faz parte uma coluna geológica resumida do Estado, e o citado mapa, na escala de 1: 1.000.000. Na introdução do “Resumo” os autores mencionam, *en passant*, a escassez de publicações disponibilizadas no órgão em que trabalhavam, o Departamento dos Serviços Geográfico e Geológico, e expressam o sentimento deles sobre o mapa: “Como é fácil demonstrar ele está longe da perfeição, mas como todas as contribuições neste gênero, terá entretanto algum valor pois que é o primeiro mapa geológico de Minas...”. “Apresentamo-lo como uma primeira aproximação e para que os pesquisadores vindouros saibam pelo menos onde terão de corrigir.” Refletindo o estado da arte, dos conhecimentos geológicos, em 1934, vê-se no índice da citada obra as “formações” cujas características genéticas petrográficas, estratigráficas, espaciais, econômicas, etc, foram descritas e agrupadas. É importante notar que boa parte do conteúdo deste “Resumo” seria revisto, nas décadas seguintes, ampliado e trabalhado com escalas mais adequadas, pelos próprios autores, quando os recursos tecnológicos cresceram quase sempre de modo exponencial. Por outro lado Barbosa e Guimarães tornaram-se professores universitários, respectivamente, na Politécnica de São Paulo e nas Universidades de Ouro Preto e Federal de Minas Gerais, notando-se que cada um deles publicou mais de uma centena de obras, no Brasil e no exterior.

Mapas que revelam um olhar: a expansão urbana de Natal sob a ótica de fatores estratégicos

Valério Augusto Soares de Medeiros

medeiros.valerio@uol.com.br - Pesquisador Associado da Universidade de Brasília, Arquiteto da Câmara dos Deputados

Edja Bezerra Faria Trigueiro

edja.trigueiro@oi.com.br - Professora Associada do Departamento de Arquitetura da UFRN/CT

Ana Paula Borba Gonçalves Barros

anapaulabgb@yahoo.com.br - Doutoranda do PPGT/UnB, Pesquisadora do IPEA

Natal, cidade inserida no contexto de efetivação da posse portuguesa na colônia do Brasil, foi de importância capital para a chamada Conquista Leste-Oeste: da Fortaleza dos Reis Magos partiram as esquadras que resultaram na fundação/tomada de Fortaleza, São Luís e Belém, em princípios do século XVII. Entretanto, a despeito do fato de que aspectos geográficos e estratégicos tenham historicamente papéis marcantes na definição das etapas sucessivas de transformação e ocupação urbana, conforme comprovam relatos e cartografia histórica disponível, Natal, por quase três séculos, pouco se desenvolveu além da praça portuguesa de fundação. A partir do resgate da mapografia disponível e da compilação de narrativas históricas, o presente estudo objetiva analisar o processo de gênese e expansão urbana da capital potiguar, inserindo-o na lógica da formação dos núcleos urbanos brasileiros entre os séculos XVI e XVII, e enquadrando-o no contexto luso-espanhol resultante da União Ibérica. O trabalho compreende uma pesquisa historiográfica de cunho mais amplo, dedicada a proceder com uma revisão dos documentos e fontes existentes sobre as origens de Natal, buscando discriminar as razões que levaram a sua implantação, bem como analisando a consolidação urbana e arquitetônica observando o fator estratégico de localização do sítio. Dos achados, a interpretação que a posição geográfica do lugar foi decisiva em três momentos responsáveis pela transformação da cidade, imprimindo as etapas e o conjunto arquitetônico que atualmente remanesce: (1) na fundação, em 1599, quando Natal nasce cidade, sem nunca ter sido vila ou povoação; (2) nas primeiras décadas do século XX, quando a aviação forçosamente depende de Natal para o estabelecimento dos eixos viários para rotas Europa-América do Sul; e (3) durante a II Grande Guerra, quando a cidade abriga várias bases militares, o que traria conseqüências expressivas para a expansão urbana posterior, especialmente ao longo das décadas de 60 e 70.

Fluvius Grandis Urbis Cartographica: buscando preencher ausências

Valério Augusto Soares de Medeiros

medeiros.valerio@uol.com.br - Pesquisador Associado da Universidade de Brasília, Arquiteto da Câmara dos Deputados

Edja Bezerra Faria Trigueiro

edja.trigueiro@oi.com.br - Professora Associada do Departamento de Arquitetura da UFRN/CT

A cidade do Natal/RN, as vésperas de completar 410 anos de fundação (1599), apresenta um conjunto construído peculiarmente destituído de vestígios remanescentes do patrimônio arquitetônico colonial, restritos a escassos exemplares. São raros também os registros cartográficos representativos da cidade nos períodos colonial e imperial, embora seja farta a mapografia sobre a Fortaleza dos Reis Magos (Miranda, 1981 e 1999; Reis Filho 2000a, 2000b e 2001; Teixeira, 2000), localizada 3,5 km a nordeste da praça portuguesa de fundação, revelando uma atitude que encontra paralelo em outros casos de colonização européia, nos quais se privilegiou determinado símbolo de ocupação – i.e. feitorias em núcleos de povoamento na África – em detrimento da povoação (Sinou, 1993). Essa situação obriga os estudiosos da formação e do crescimento de Natal a buscar outros meios de investigação, como, por exemplo, a associação entre registros iconográficos e narrativas pontuais a vestígios materiais remanescentes, às vezes complementando lacunas sobre determinados momentos com simulações fundamentadas nessa articulação de fontes documentais e em tendências de crescimento que se delineiam a partir delas. Este estudo busca, portanto, contribuir nesse sentido, mediante a sistematização da configuração da estrutura viária de Natal diacronicamente (1599, 1777, 1864, 1924, década de 1930, 1955 e análises previamente realizadas para as décadas de 60, 70 e 90, 2002 e 2008), apoiada na cartografia disponível, em narrativas textuais, em itens iconográficos e em tendências de expansão que emergiram à medida em que se foi procedendo a espacialização de momentos da expansão urbana, conforme a análise. Dois conjuntos de procedimentos apoiaram o estudo: (1) coleta de cartografia, dados, narrativas, ilustrações e informações sobre a cidade e, a partir de tais fontes, a (2) representação e análise quantitativa (mapas axiais) de relações de acessibilidade topológica (Hillier e Hanson, 1984; Hillier, 1996), em perspectiva cronológica, procedimento que, ao revelar propriedades espaciais importantes, indica tendências de transformação da forma urbana. Resultados apontaram que Natal se expande calcada em momentos usualmente vinculados a fatores estratégicos, delineadores de certos eixos de expansão. A comparação entre os mapas axiais revela que tais adventos modificaram as relações morfológicas urbanas, seja redefinindo a relação entre o sítio de fundação e o todo urbano, seja condicionando o surgimento de intervenções, tais quais aberturas de novas vias re-alimentadoras do processo de transformação, ao imprimir novos padrões de acessibilidade à estrutura viária. Verificou-se, também, que a quantificação e hierarquização da malha viária, mediante os instrumentos metodológicos utilizados, podem contribuir para preencher lacunas documentais e assim oferecer uma alternativa útil para a compreensão do fenômeno urbano.

Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal

Wilson Vieira Jr.

wilsonvieirajr@gmail.com - Historiador e mestrando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

O texto propõe que a revisão da cartografia do Goiás pode produzir novos olhares sobre a história do Distrito Federal, principalmente sobre a mitologia atribuída a Brasília, a de uma cidade surgida no nada. Durante a ocupação empreendida no século XVIII o território de Goiás foi representado na cartografia sob a lógica da exploração aurífera e a consequente apropriação do espaço. Com a criação das Capitânicas de Mato Grosso e Goiás em 1748, as respectivas capitais, Cuiabá e Vila Boa interligavam-se com Bahia, Minas Gerais e São Paulo por meio das Estradas Reais. No Goiás o avanço do colonizador pelo território materializou-se na edificação de arraiais e ampliação das rotas de trânsito. Consequentemente a presença do estado português aumentou em aparato administrativo, religioso, judiciário, tributário e militar. No século XIX, com a mudança da economia do ouro para a agropecuária um novo contorno articulou-se no Goiás. A ruralização da economia favoreceu o crescimento de fazendas com uma nova organização do poder, fortemente dirigido por fatores regionais. Alguns arraiais do século anterior permaneceram, mas de certa forma esvaziados e submetidos à nova ordem sócio-econômica. No século XX veio Brasília, assentada no Centro-Oeste, no mesmo planalto goiano da febre aurífera e da agropecuária. A Nova Capital surge num *loco* histórico, contextualizado, forjado no avanço sertanista.

Atlas Praguense de João Teixeira Albernaz I – COMPARAÇÕES COMENTADAS DE ALGUNS DE SEUS MAPAS

Paulo Márcio Leal de Menezes

pmenezes@acd.ufrj.br – Professor e Coordenador do Laboratório de Cartografia do Departamento de Geografia do IGEO, UFRJ

Em 1994, com a cooperação do Serviço Geográfico do Exército da República Tcheca, foi possível apresentar pela primeira vez um manuscrito do século XVII, descoberto na Biblioteca Nostitz, em Praga. Havia intenção de se publicar uma edição em fac-símile, tendo sido copiada em microfilme para fins de estudo. Ocorreu porém o roubo do documento, no Museu Nacional de Praga, não tendo sido até hoje encontrado. A obra é anônima, tendo sido comparado com amostras da cartografia portuguesa antiga, deduzindo-se a sua autoria ao cartógrafo João Teixeira Albernaz I. O Atlas não é cópia direta de nenhum outro publicado por Albernaz I, mas uma obra independente. Sua datação leva aos anos de 1628 e 1640, devido a algumas características apresentadas nos diversos mapas. Este trabalho tem por objetivo apresentar o Atlas Praguense, sua estrutura e documentos principais bem como as pesquisas realizadas sobre a documentação, as quais caracterizaram a datação e autoria do Atlas. Em um segundo momento apresentar-se-á um estudo comparativo entre o mapa da Demonstração do Rio de Janeiro, pertencente ao Atlas, com os demais mapas elaborados por Albernaz em outros documentos cartográficos, tais como: Carta do Rio de Janeiro, de 1626, Capitania do Rio de Janeiro, de 1631, Carta do Rio de Janeiro, de 1627, Descrição do Porto do Rio de Janeiro de 1630 e a Carta do Rio de Janeiro de 1640. A análise comparativa será desenvolvida através da descrição gráfica, toponímia atribuída, verificação de sinais característicos de João Teixeira Albernaz, bem como identificando o mapa apresentado no Atlas Praguense como sendo de sua autoria. Desta forma o trabalho pretende acrescentar algumas informações a mais sobre o trabalho deste proeminente cartógrafo português.